

## DOCUMENTOS DA CNBB – 76



CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL

PLANO DE EMERGÊNCIA  
PARA A IGREJA DO BRASIL  
*Cadernos da CNBB, nº 1*  
1963

2ª edição

*Com aprovação eclesialística*



Direção-geral: Flávia Reginatto  
Editora responsável: Noemi Dariva

---

*Nenhuma parte desta obra poderá ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia e gravação) ou arquivada em qualquer sistema ou banco de dados sem permissão escrita da Editora. Direitos reservados.*

---

**Paulinas**

Rua Pedro de Toledo, 164  
04039-000 – São Paulo – SP (Brasil)  
Tel.: (11) 2125-3549 – Fax: (11) 2125-3548  
<http://www.paulinas.org.br> – [editora@paulinas.org.br](mailto:editora@paulinas.org.br)  
Telemarketing e SAC: 0800-7010081

© Pia Sociedade Filhas de São Paulo – São Paulo, 2004

## APRESENTAÇÃO DA EDIÇÃO DE 2004

O papa João XXIII, em carta escrita ao CELAM em dezembro de 1961, pediu aos episcopados da América Latina que elaborassem planos de pastoral para atenderem às especiais condições da Igreja no Continente. O Concílio Vaticano II já havia sido convocado e, também no Brasil, vivia-se em clima de preparação para o Concílio.

O pedido do Papa foi acolhido prontamente pela CNBB que, na sua 5ª Assembléia Geral ordinária, de 2 a 5 de abril de 1962, discutiu e encaminhou as linhas do *PLANO DE EMERGÊNCIA*. A “Comissão Central” da Conferência, correspondente ao atual Conselho Permanente, deu forma ao texto. Foi o primeiro documento de planejamento pastoral para todo o Brasil elaborado pela CNBB. O cardeal Dom Jaime de Barros Câmara, Arcebispo do Rio de Janeiro, era o Presidente da CNBB e Dom Helder Câmara era o Secretário-Geral. No Brasil havia 166 circunscrições eclesiais, 4.500 paróquias e 12.000 padres.

Os bispos tiveram um cuidado especial no conhecimento da realidade e na avaliação da situação social e eclesial. Na mesma época, era instituído o CERIS, para ajudar nesse discernimento. Especial atenção também foi dada pela CNBB à renovação das paróquias, “pontos

de inserção na vida da Igreja e no mistério da salvação” (p. 16). O Plano de Emergência ofereceu orientações detalhadas para tornar as paróquias verdadeiras comunidades de fé, culto e caridade.

Cuidado semelhante também houve nas orientações para a renovação do ministério sacerdotal. As reflexões feitas pelos bispos, em 1962, são muito semelhantes às que aparecem na Carta aos Presbíteros, resultado da 42ª Assembléia Geral de 2004. Como hoje, também naquela época os bispos tiveram a clara compreensão do papel fundamental dos padres na evangelização e na animação da vida eclesial.

Um terceiro capítulo do Plano de Emergência foi dedicado à renovação dos educandários católicos; deviam caracterizar-se pelo espírito de família e pelo espírito missionário, para se tornarem “comunidades em estado de missão” (p. 36). Hoje estamos novamente a pedir que as escolas católicas sejam espaços privilegiados de evangelização.

O Plano de Emergência concluiu com uma orientação sobre a pastoral de conjunto, “um esforço global e planejado, visando à evangelização” (p. 43). Não faltou a reflexão sobre as implicações sociais do Plano de Emergência diante do sofrimento crescente das multidões e da necessidade das reformas inadiáveis: agrária, administrativa, tributária, financeira e trabalhista.

O Plano de Emergência foi um marco histórico na pastoral de conjunto da Igreja no Brasil e merece ser conhecido ainda hoje. Com esta nova edição do Plano de Emergência, na série dos documentos (“azul”) da CNBB, o Secretariado-Geral tem a intenção de levar ao conhecimento das novas gerações de agentes da evangelização e da pastoral este texto sempre citado, quando se fala da história dos planejamentos pastorais e da vida da CNBB, mas de difícil acesso.

O confronto das situações e desafios, vividos pela Igreja há mais de 40 anos, com os de hoje, ajuda-nos a perceber o caráter permanente e jamais esgotado da missão eclesial. Permite-nos, por outro lado, avaliar com mais objetividade a obra imensa realizada pela Igreja no Brasil durante esse período, para agregar a ela também nossos esforços evangelizadores e pastorais.

Brasília, 30 de maio de 2004, Domingo de Pentecostes.

† *Dom Odilo Pedro Scherer*  
Bispo Auxiliar de São Paulo  
Secretário-Geral da CNBB





## APRESENTAÇÃO

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a partir de outubro de 1952, carrega a responsabilidade de tentar a coordenação, em plano nacional, da atividade apostólica, da Igreja no Brasil.

Três motivos principais tornam complexa e difícil a tarefa da CNBB: as dimensões continentais do país, aliadas à dificuldade interna de comunicações; o número sempre crescente de Circunscrições Eclesiásticas (na data de hoje, 170 Circunscrições divididas em 30 Províncias Eclesiásticas); o fato de as Conferências Episcopais terem as suas deliberações sempre pendentes, em cada Circunscrição Eclesiástica do beneplácito e do apoio direto e pessoal do Exmo. Ordinário.

No 10º aniversário de sua instituição, a CNBB recebeu da Providência a melhor das recompensas: o Plano de Emergência, desejado pelo Santo Padre João XXIII, em seu primeiro ano de Pontificado (discurso ao CELAM, em 15 de novembro de 1958), urgido em 1961, como conseqüência dos acontecimentos de Cuba; e a criação dos Secretariados Regionais da CNBB. As duas medidas, que se completam, vieram da V Assembléia Ordinária da CNBB (abril de 1962, no Rio de Janeiro).

O Plano se justifica por si. Em sua parte pastoral inclui: Reforma Paroquial; Reforma do Ministério Sacerdotal; Reforma dos Educandários; Pastoral de Conjunto. Em sua parte econômico-social: Formação de líderes; Frentes Agrárias e Sindicalização Rural; Educação de Base; Aliança Eleitoral pela Família.

À parte econômico-social ajuntaram-se, por deliberação da Comissão Central (habilitada pelos parágrafos 1 e 2 do artigo 14 dos Estatutos da CNBB a falar, em horas graves, em nome do Episcopado, “ad referendum” da próxima Assembléia Ordinária), a Declaração e os Manifestos dirigidos à Nação em 14 de julho de 1962.

Os Secretariados Regionais vieram dar raiz ao Secretariado-Geral (integrado pelos Secretariados Nacionais). Cada Secretariado Regional tem como missão, em perfeito entrosamento com o Secretariado-Geral, estar às ordens dos Bispos da Região, ajudando-os a adaptar e concretizar o Plano de Emergência.

A presente publicação, que abre uma série de “CADERNOS DA CNBB”, após um relato da V Assembléia Ordinária da CNBB, e de uma visão geral do Plano de Emergência, oferece um desdobramento da parte pastoral deste e a íntegra da Declaração e do Manifesto da Comissão Central da CNBB.

Outras publicações seguir-se-ão, na medida do interesse em que o Plano de Emergência vá suscitando

(note-se que já estão instalados e em franco funcionamento os Secretariados Regionais). Estão previstos vários “CADERNOS” contendo subsídios para a aplicação do Plano de Emergência:

- “Apostolado em Plano Nacional e Internacional” (informações sobre os Secretariados Nacionais e Serviços da CNBB, sobre Organismos Nacionais de Apostolado dos Leigos. Organizações Internacionais Católicas).
- “Catequese, alma do Plano de Emergência”.
- “Liturgia, fermento das indispensáveis renovações”.
- “Educação de Base, dever cristão inadiável”.
- “Sindicalismo rural e urbano”.
- “Formação de líderes”.
- “Experiências de Renovação Paroquial”.
- “Experiências de Renovação de Educandários”.
- “Migrações internas, desafio que nos é lançado”.
- “Renovação do Ministério Sacerdotal”.
- “Por uma Pastoral Rural”.
- “Pastoral para as grandes cidades”.
- “O cinema a serviço do Plano de Emergência”.
- “Os cristãos e as reformas de base” (princípios a salvaguardar e movimento de opinião pública, sem o qual as reformas não serão feitas).
- “Vocações Religiosas e Sacerdotais”.

A enumeração é exemplificativa e não exaustiva. De propósito, ora aludimos a estudos sobre a parte pastoral, ora sobre a econômico-social que, longe de se excluírem, se completam e se interpenetram.

Quais os que serão concretizados? Em que época surgirão? Em que ritmo? Com que desenvolvimento? Repetimos: a resposta depende menos de nós do que da ressonância que os primeiros estudos logrem despertar...

Agradecemos a Deus que tudo isso aconteça na Vigília do Concílio Ecumênico: o Plano de Emergência nos prepara para as reformas que hão de vir como consequência do Vaticano II. E os Bispos do Brasil têm inteira confiança de partir para Roma, deixando o Plano em marcha, entregue aos nossos padres, religiosos e leigos.

Rio de Janeiro, 25 de setembro de 1962.

† HELDER CÂMARA

Secretário-Geral da CNBB

# 1

## O PLANO DE EMERGÊNCIA

### **1.1. A V Assembléia Geral Ordinária da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil**

De dois a cinco de abril de 1962, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil realizou a sua V Assembléia Ordinária.

Essa Assembléia teve como inspiração de seus trabalhos o atendimento a um apelo do Santo Padre, dirigido ao Episcopado Latino-Americano, em carta de dezembro de 1961.

Sua Santidade o Papa João XXIII pediu que se elaborasse um plano de trabalho para a Igreja na América Latina; um plano que atendesse às especiais condições da Igreja neste Continente e que indicasse as medidas a serem tomadas, a curto e a longo prazo, no campo específico da ação pastoral da Igreja e também no que lhe cabe como atuação no campo econômico-social.

Na Casa de Nossa Senhora da Paz (Ipanema-Rio) esteve reunido quase todo o Episcopado Brasileiro e, em dias de intenso trabalho e oração, foram relatadas, discutidas e votadas as matérias em pauta. No término da Assembléia foi publicada uma mensagem em que se comunicava a sua realização.

“Num clima de unidade e de amor à Santa Igreja, acabamos de celebrar a V Assembléia Ordinária da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. **Cardeais, Arcebispos e Bispos, em número de 135**, estivemos reunidos aqui no Rio de Janeiro, sentindo que conosco estavam presentes os anseios e esperanças de nossas **166 Circunscrições** Eclesiásticas, de nossos **12.000 sacerdotes**, dos **4.000 religiosos** leigos e das 35.000 religiosas, dos 25.000 seminaristas, de legiões de apóstolos leigos e dos fiéis todos que, nas **4.500 paróquias** do Brasil, vão realizando o Reino de Deus, muito embora com as limitações e deficiências inseparáveis de quem caminha ainda pelos caminhos da terra. Essa visão foi o estímulo permanente de nosso trabalho, fazendo-nos sentir de forma muito viva nossa condição e nossas responsabilidades de Pastores a quem Deus confiou a guarda de um imenso rebanho espiritual, de cuja salvação um dia nos pedirá contas.”

Mais adiante os Srs. Arcebispos e Bispos afirmaram:

“Queremos realizar no Brasil uma presença vital da Igreja, que salvará as almas e salvará a Nação de todas as ameaças que, contra ela, se levantam: como o comunismo ateu e demolidor dos valores mais autênticos do homem; as concepções destruidoras da dignidade da família e as reiteradas tentativas divorcistas com as quais jamais se poderá conformar a consciência dos

eleitores cristãos; a mentalidade laicizante que teima em voltar ao cenário do País, ao menos em alguns setores de suas atividades; o egoísmo e o lucro erigidos pelo liberalismo econômico em suprema norma a governar as atividades produtoras da Nação e que devem cristãmente dar lugar ao espírito de serviço e de bem comum, se não quisermos ver os desequilíbrios sociais crescerem até o desespero.

Daí o sentido de solene convocação que queremos tenha esta nossa Reunião, iluminada pela luz da palavra do Papa.

**Convocamos**, pois, todas as forças vivas da Igreja para um renovado esforço de pastoral que congregue sacerdotes, religiosos e leigos e atinja todas as almas, não só aquelas ovelhas dóceis que vivem já na fidelidade à Santa Igreja, mas ainda as ovelhas arredias e as tresmalhadas, para as quais não faltam senão talvez um convite e uma oportunidade para conhecerem mais de perto a Igreja e os bens que ela oferece em nome de Deus. Essa convocação nos obriga a uma como nova consagração de nossa vida pessoal ao serviço de Deus e nos impõe a urgência da preparação de preciosos auxiliares leigos que colaborem conosco, despertados, como quer o Papa, para o entusiasmo de serem úteis ao bem religioso e moral de seu povo. A ação pastoral, levando às almas a palavra de Deus e os sacramentos e vitalizando a participação dos fiéis

na vida litúrgica, da Igreja, é a base de tudo o mais: é a ação própria e primeira da Igreja, que daí caminhará para o exercício de suas responsabilidades no campo do social e do econômico.”

E para que também aí se faça sentir decisivamente a presença dos cristãos:

*“Convocamos os homens de todas as classes a realizarem, no mundo do trabalho, dos negócios e das profissões, as diretivas da doutrina social da Igreja. Fugindo do nivelamento liberticida pregado pelo marxismo, não se caia no egoísmo, na cobiça e na desumana indiferença que caracterizam o capitalismo liberal. Hoje não se pode mais errar nem tergiversar. Pois o caminho está aberto e seguro: é a “Mater et Magistra”, código completo de convivência humana, impregnado de vida sobrenatural, ensinando-nos que a justiça e a bondade cristã hão de ‘vencer o espírito de contradição e de dureza, para se conseguir uma valorização mais serena das coisas’ (João XXIII, Radiomensagem, Natal de 1961).”*

Todo este trabalho a que a Igreja do Brasil se propõe: numa **linha de reflexão** sobre as necessidades da hora atual, numa preocupação de melhorar o que existe, inspirar novos empreendimentos, coordenar esforços dentro de uma visão pastoral de conjunto, tudo isto se insere providencialmente numa fase da história da Igreja Universal, que vive **já o clima do Concílio Vaticano II.**



*“Caminhamos para o Concílio, no desejo e na esperança de que ele realize o propósito do Santo Padre ao convocá-lo. Ele há de trazer “o incremento da fé católica e a saudável renovação dos costumes no povo cristão. Vamos para ele levando a colaboração de nossas reflexões e de nossas experiências. Mas queremos levar também, como é o desejo do Santo Padre, o interesse e as orações de todos os nossos fiéis. Todos hão de estar conosco e com toda a Santa Igreja, nestes meses que nos separam de 11 de outubro, “em estado do Concílio”, acompanhando os passos de sua organização e os pontos de seu programa, e como que antecipando os ideais de renovação cristã que ele propugna.”*

## **1.2. Um plano para a Igreja do Brasil**

Entre os **documentos emanados** da V Assembleia Ordinária da CNBB, vem, em primeiro lugar, o **Plano de Emergência**. É um documento longo e bastante minucioso em que, partindo de observações preliminares, se enumeram os objetivos visados pelo Episcopado, as metas a atingir, a forma de proceder.

Começam os Srs. Bispos por evocar o apelo do Santo Padre:

“Foi oportuniíssimo que o Santo Padre, em sua recente carta ao Episcopado da América Latina, tivesse

urgido o apelo que Sua Santidade dirigira ao CELAM em Roma (1958), no sentido de elaborarmos, antes mesmo do plano a longo prazo, **um plano de emergência que importe na mobilização geral da Igreja** em nosso Continente.

Foi ótimo para nós que a Exma. Nunciatura Apostólica tivesse comentado tão adequadamente a Carta do Vigário de Cristo.

Aqui estamos — no tocante ao nosso país — procurando corresponder plenamente ao apelo da Santa Sé. Aqui estamos tentando pôr a Igreja no Brasil à altura das circunstâncias excepcionais de que é exemplo e sistema Cuba, país não menos católico que o nosso.”

Registram a dificuldade que se origina do fato de não existir ainda um **amplo levantamento da situação religiosa do Brasil** com dados objetivos e estudos sociológicos. Há algumas experiências neste campo, mas ainda são pouco numerosas.

“Entre as resoluções básicas a firmar nesta V Assembléia Ordinária da CNBB, figura o compromisso de procurar afazer-nos a basear nossa atividade pastoral em sondagens objetivas e estudos sociológicos.”

Em traços rápidos são apontados vários índices do esforço pastoral da Igreja no Brasil. Em face de tais condições bastante difíceis, é notável a soma de realizações.

O campo de **ação apostólica** no Brasil se acha trabalhado por **forças adversas**:

“Aplica-se ao Brasil o que disse o Santo Padre quanto a **quatro perigos** mortais para a América Latina: o naturalismo que leva até cristãos a não terem, muitas vezes, a visão cristã da vida; o protestantismo que tenta entre nós seu esforço máximo de expansão e se acha, de fato, em maré montante; o espiritismo cuja difusão, nas grandes cidades nos meios de miséria, tem ares de endemia; o marxismo que empolga as Escolas Superiores e controla os Sindicatos Operários.”

Preocupa-se o Episcopado em aferir o grau de influência real da Igreja no Brasil. É claro que isto não é tarefa simples, em vista da falta de dados objetivos referentes a toda a realidade. Há sempre o perigo das impressões subjetivas.

“Sem prejuízo de quanto foi registrado como esforços pastorais do momento e, sobretudo, sem prejuízo do que escapa ao registro dos homens, mas, não ao olhar de Deus, tenhamos a coragem cristã de reduzir às devidas proporções nossa veleidade de sermos o maior país católico do mundo.”

Dentro desta preocupação, os Srs. Bispos se detêm diante de **certos fatos** ou constatações:

“Perdura, de modo geral, **individualismo** em **nosso apostolado**: salvo exceções honrosíssimas, cada

Paróquia atua isolada, como isoladas costumam agir as Dioceses.

O Governo, a menos que se altere fundamentalmente a praxe estabelecida, firma convênios de Poder Temporal a Poder Espiritual, mas expõe, depois, os **Bispos a esmolar**, nas antecâmaras ministeriais, verbas orçamentárias, a bem do povo, como se fossem favores pessoais...

Por mais justo que seja o cuidado com a miséria do povo — máxime em áreas subdesenvolvidas — talvez tenhamos, aqui e ali, de **rever nossas prioridades pastorais**, indagando, por exemplo, se damos à catequese o mesmo esforço que dedicamos aos problemas sociais.

Nem todos os nossos padres — e talvez nem mesmo todos nós, Bispos, estejam ou estejamos imunes à febre de construções e, por vezes, construções suntuosas.”

Lembram que o desejo de presença da Igreja no **setor educacional** estará longe de ser devidamente concretizado se os nossos Colégios ou Escolas Superiores não se esforçarem por dar sempre mais um testemunho de autenticidade.

A preocupação do Episcopado volta-se especialmente para as **paróquias**.

“Nossas paróquias, sempre admitindo exceções, estão longe de atingir todo o território paroquial.

E não nos referimos tanto às paróquias rurais, onde por vezes as áreas são imensas: pensamos em paróquias de cidades, onde o não-atendimento à paróquia total é menos compreensível e menos perdoável.

É lamentável verificar a passividade com que o povo assiste à Missa na maioria de nossas Igrejas. As exortações pontificias da Instrução da Sagrada Congregação dos Ritos de 3 de setembro de 1958 não estão sendo suficientemente praticadas.

Nota-se, freqüentemente, divórcio entre nossa pregação e a vida real: temas e linguagem, não raro, estão longe dos interesses e do falar dos ouvintes, sobretudo dos meios humildes.”

“E aqui podemos pôr o dedo em duas importantes **chagas**:

- **só por exceção** estamos dando ao **leigo o lugar** que lhe cabe, o que importa em reduzir a colaboração dos leigos a proporções muito limitadas e inexpressivas;
- **falta-nos planejamento**, sobretudo de conjunto. Ainda podem ser saudadas como pioneiras as experiências de Campinas, de Ribeirão Preto e do Nordeste (em torno de Natal).”

Afirmam os Srs. Bispos que a respeito de cada uma das falhas a apontar nos diversos setores da vida da Igreja no Brasil, será sempre necessário perguntar o

que se tem feito no sentido de: compreender, orientar, ajudar, tentando a união de todos “num clima que leve à superação de visões individualistas e a sacrifícios heróicos exigidos em horas de crise”.

“Vivemos em torno de realizações em si louváveis e de elevada benemerência, mas nem sempre dentro de uma hierarquia de valores — exigência maior em nossos dias. Cuidamos mais de abrir creches e patronatos do que de combater as raízes do mal. Preocupamo-nos mais em distribuir alimentos, inclusive de Cáritas, do que em utilizá-los em favor da melhoria de nossas obras, como ponto de apoio para uma modificação de nossa estrutura sócio-econômica.

Somos mais homens de obras do que da obra indispensável a todas as demais: a estrutura administrativa. Sem esse alicerce, surgem as iniciativas, mas permanecem isoladas, fracas, portanto, ou a exigirem grandes esforços por não estarem engajadas na realidade paroquial, diocesana, provincial ou regional.

**A organização da Diocese, flexível e eficiente,** é a condição básica de funcionamento deste Plano de Emergência. Para isso, faz-se mister uma revisão corajosa e cristã de nossas relações com nossos sacerdotes, religiosas e leigos, tornando-os não meros executores de ordens, mas companheiros no bom combate. Assim, conserva-se a hierarquia, elemento fundamental na Igreja de Cristo, e desenvolve-se o espírito de equipe.

É a vivência do ‘non veni ministrari sed ministrare’.”

Os problemas sociais estão na ordem do dia. A missão de Pastores pede dos Bispos uma atenção especial neste campo, abrangendo todos os seus aspectos.

“Somos solícitos no **combate ao Comunismo**, mas nem sempre assumimos a mesma atitude diante do **capitalismo** liberal. Sabemos ver a ditadura do Estado marxista, mas nem sempre sentimos a ditadura esmagadora do econômico ou do egoísmo nas estruturas atuais que esterilizam nossos esforços de cristianização.”

#### ESPÍRITO DO PLANO DE EMERGÊNCIA

É um plano centralizado em torno da CNBB.

“Se tem deficiências graves a nossa Conferência, ela é, sem dúvida, um marco na história da Igreja no Brasil. Se muito temos de caminhar ainda, é certo que, em 10 anos, muito Deus nos permitiu caminhar, na linha do conhecimento mútuo, da compreensão e da estima fraternas.

Ai de nós sem nossa Conferência, sobretudo nas circunstâncias excepcionais em que se acha nosso país dentro da conjuntura da América Latina e do Mundo. Com um número sempre crescente de Circunscrições Eclesiásticas (talvez, neste particular, só a Itália nos supera, no momento) e de Bispos, como prescindir de um mínimo de ligação entre nós?”

“Reconhecemos faltas e deficiências, mas desejamos ardentemente acertar o caminho e andar com rapidez. Este é um dos objetivos desta V Assembléia. Desanimar não é cristão. Tentar alcançar o objetivo, com a graça de Deus, é nosso dever.”

“Incluimos, entre **as primeiras preocupações do nosso Plano, a criação do CERIS (Centro de Estudos Religiosos e Investigações Sociais)**, em face da impossibilidade em que nos achamos de apresentar um quadro objetivo da situação de nossa Pastoral.

Além do mais, o CERIS nos permitirá contato direto e permanente com a Conferência dos Religiosos do Brasil, muito dentro de uma perspectiva realista e cristã do meio brasileiro.

Previmos também entrosamento com o Instituto de Pastoral, mantido, em São Paulo, pela Conferência dos Religiosos do Brasil, Instituto a ser adaptado e modificado de acordo com as duas Conferências.”

O Plano atribui às **Comissões Episcopais** a incumbência de traçar, para seus domínios respectivos, diretrizes doutrinárias, adaptadas a nosso tempo e a nosso meio.

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil tem como órgão supremo a sua Assembléia Ordinária. Logo a seguir vêm a Comissão Central e as Comissões Episcopais que, pelos seus membros, têm poder dele-



gado para orientar o que se faz, em plano nacional, nos setores respectivos.

São as seguintes as Comissões Episcopais:

- Comissão Episcopal de Teologia;
- Comissão Episcopal de Fé e Moral;
- Comissão Episcopal do Ensino de Religião;
- Comissão Episcopal de Liturgia;
- Comissão Episcopal da Ação Católica e do Apostolado dos Leigos;
- Comissão Episcopal de Educação e Cultura;
- Comissão Episcopal de Vocações Sacerdotais;
- Comissão Episcopal de Ação Social;
- Comissão Episcopal de Opinião Pública;
- Comissão Episcopal de Ensino Superior;
- Comissão Episcopal de Previdência do Clero;
- Comissão Episcopal Pró-Seminário Brasileiro.

As Comissões Episcopais contarão, efetivamente, com a colaboração de Assessores Técnicos que sejam especialistas de competência e de confiança.

A CNBB tem um Secretariado-Geral e a seu lado vêm se constituindo os diversos Secretariados Nacionais, ligados às Comissões Episcopais, como assessoria e órgãos de execução.

São os seguintes os Secretariados já constituídos:

- Secretariado Nacional do Ensino de Religião;

- Secretariado Nacional de Educação e Cultura;
- Secretariado Nacional de Fé e Moral;
- Secretariado Nacional de Ação Católica e do Apostolado dos Leigos;
- Secretariado Nacional de Vocações Sacerdotais;
- Secretariado Nacional de Ação Social.

Outros estão em organização e os já existentes têm recebido intimamente uma atenção especial para que, em pessoal e em recursos materiais, possam atender ao que deles se espera.

“O Secretariado-Geral, em íntima ligação com os Secretariados Nacionais, é responsável pela execução do Plano de Emergência.

Foram-lhe atribuídos três novos e importantes encargos:

- *organizar uma Assessoria Técnica, vital para a atuação das Comissões Episcopais;*
- *organizar os Secretariados Regionais, incumbidos de dar à CNBB o enraizamento de que necessita;*
- *coordenar as atividades da equipe nacional do Movimento por um Mundo Melhor.”*

**O Plano de Emergência** visa a atualizar sempre mais a CNBB e dar-lhe rendimento pleno, tanto na linha de orientação como na linha de execução. Para isto dedicará atenção especial:

*1ª na linha de orientação:*

- ao levantamento sociológico atualizado da realidade religiosa dentro da realidade brasileira, latino-americana e mundial; (neste sentido ficou decidida a criação do CERIS — Centro de Estudos Religiosos e de Investigações Sociais);
- às diretrizes doutrinárias, adaptadas ao espaço e ao tempo, atingindo, de modo particular, os campos da fé e moral; da educação e cultura; da ação social (além da ordenação do próprio apostolado da Igreja).

*2ª na linha de execução:*

- à renovação paroquial;
- à renovação dos educandários católicos;
- à mobilização total do apostolado dos leigos;
- à pastoral de conjunto.

Outros objetivos visados pelo Episcopado e, especialmente, recomendados ao Secretariado-Geral:

— “Fomentar o surgimento de Secretariados Regionais da CNBB.

— Cooperar na organização em base diocesana para o funcionamento local do Plano de Emergência.

— Levar os Secretariados Regionais a organizarem — no prazo de 90 dias após sua instalação — um

plano anual de trabalho com calendário de atividades e posterior avaliação e revisão.

— Utilizar o Movimento por um Mundo Melhor na dinamização das atividades do Plano.”

## SECRETARIADOS REGIONAIS

A Assembléia da CNBB decidiu a constituição de sete Secretariados Regionais. Talvez possamos dizer que foi esta a medida de maior vulto, pois contribuirá decisivamente para a efetivação dos outros planos traçados.

“O Secretariado Regional é órgão meramente executivo. Tem à frente um Bispo (o Diocesano da sede do Regional). Recebe indicações gerais, adaptadas, quando conveniente, pelos Bispos da Região.

A criação dos Secretariados Regionais em nada afeta a organização jurídica das Províncias Eclesiásticas e deixa intactos os Estatutos da CNBB, inclusive quanto à convocação dos Bispos de uma Região.

Os Secretariados Regionais agirão em articulação real com o Secretariado-Geral e com os Secretariados Nacionais, devendo haver, com o mesmo, encontros de planejamento e revisão, ao menos uma vez por semestre.”

**O Plano de Emergência** é integrado por alguns planos precisos, que foram aprovados na V Assembléia.

“De acordo com o que nos foi sugerido pela Santa Sé, voltaremos as vistas para uma Parte Pastoral e para uma Parte Econômico-Social. Na primeira merecerão cuidado especial: a Pastoral de Conjunto, a Renovação Paroquial, a Renovação de Ministério Sacerdotal, a Renovação dos Educandários.

Na segunda: o Movimento de Educação de Base; as Frentes Agrárias, levando à Sindicalização Rural; a eventual colaboração com a Aliança para o Progresso; a coordenação das obras apostólicas e sociais; o treinamento de líderes.

As indicações práticas apresentadas a respeito desses temas na presente Assembléia, com as modificações sugeridas, servirão como guias de trabalho no Curso Central (a realizar-se imediatamente, no Rio de Janeiro, para futuros integrantes dos Secretariados Regionais); nos Cursos Regionais (a serem, oportunamente, promovidos para integrantes de Secretariados Diocesanos) e nos Cursos Locais.”

Quanto à parte pastoral temos quatro textos oficiais da CNBB que, a seguir, transcreveremos na íntegra.



## 2

# O PLANO DE EMERGÊNCIA: PARTE PASTORAL

### 2.1. Renovação paroquial

Sentimos a responsabilidade e a premência de fazer chegar a mensagem da Redenção aos homens de nosso tempo, trabalhados por transformações profundas e decisivas.

A paróquia, ponto de inserção dos homens na vida da Igreja e no mistério da salvação, constitui a base primeira e indispensável de nossa ação pastoral. **Urge, pois, vitalizar e dinamizar nossas paróquias**, tornando-as instrumentos aptos a responder à premência das circunstâncias e da realidade em que nos encontramos.

Deste anseio e desta verificação surgiram as experiências de “Renovação Paroquial”.

No Brasil, as paróquias compreendem extensões imensas, atingindo em média, 2.135 quilômetros quadrados. A média de habitantes por paróquia é de 16.120 pessoas (Anuário Católico de 1960).

Partindo da realidade que o país nos apresenta, examinaremos os princípios, os requisitos, os objeti-

vos, os movimentos e esforços básicos a empreender, as etapas do plano de renovação e, finalmente, sua inserção em uma pastoral diocesana.

## 1. PRINCÍPIOS BÁSICOS DA RENOVAÇÃO PAROQUIAL

A pastoral não é apenas uma estruturação de experiências ou uma sistematização de medidas concretas a serem executadas. Ela deve mergulhar nas próprias fontes da revelação divina, para buscar como inserir as riquezas dos dons sobrenaturais à realidade em que vivemos. Estabeleçamos, pois, os princípios básicos da renovação paroquial.

### ***1.1. A diocese é a unidade fundamental de ação pastoral***

A diocese não é uma reunião de paróquias. A paróquia é uma parte, ou melhor, uma célula orgânica da diocese. O Bispo é o pastor por direito divino. Nele se encontram e dele dimanam todo o encargo e toda a responsabilidade pastoral. Ele é o legítimo pastor de cada paróquia de sua diocese.

O pároco é um colaborador do Bispo. Alguém que participa de seu múnus pastoral. Não pode, pois, realizar um ministério pessoal, mas colaborar por sua ação, no ministério do Bispo nas linhas e nos limites por ele fixados. É unicamente pelo Bispo, e na comunhão da Igreja diocesana, que ele pode conduzir a



Deus o rebanho paroquial. A paróquia deve inserir-se profundamente na pastoral diocesana, em uma mútua circulação de vida.

***1.2. A paróquia deve ser, antes de tudo, uma comunidade de Igreja.***

São Paulo aplica freqüentemente a palavra “Igreja” não apenas à Igreja universal, mas principalmente às comunidades locais. Para São Paulo, as comunidades locais representam e manifestam a Igreja Universal e participam de suas propriedades e qualidades.

A paróquia não é uma simples organização administrativa ou extensão territorial, mas uma célula orgânica da Igreja, parte viva do Corpo Místico de Cristo.

Como continuadora da missão de Cristo, a Igreja participa de sua tríplice missão: Profeta, Sacerdote e Rei. Como comunidade de Igreja, a paróquia participa dessa tríplice missão e constitui-se como:

- **Comunidade de fé**, cuja missão primeira e essencial é o ministério da Palavra. Seu objetivo é a fé como assentimento da inteligência e engajamento do homem todo.
- **Comunidade de culto** – comunidade do serviço divino, do louvor divino, da oração. Seu centro, sua fonte, é o altar, a celebração solene da Eucaristia.
- **Comunidade de caridade**, cujo movimento

é levar todos a formar uma única família em Cristo, para que Deus seja Tudo, em todos.

### ***1.3. Como comunidade de Igreja, a paróquia é fermento da comunidade humana (temporal)***

Não é função específica da paróquia organizar e dirigir as atividades profissionais, culturais, familiares, econômicas, sociais e políticas dos homens. Poderá e às vezes deverá assumi-las em caráter supletivo. É, porém, função da paróquia orientar, santificar e dirigir a consciência dos leigos para que construam uma civilização, que realize o melhor possível o bem comum temporal e possibilite a todos a realização de seu destino sobrenatural.

### ***1.4. O pároco é o chefe da comunidade paroquial***

Como colaborador do Bispo, é o primeiro responsável. Não é o chefe que domina pela força. É o mestre que ilumina, o sacerdote que santifica, o pastor que conduz suas ovelhas e dá vida por elas. Os sacerdotes que, a qualquer título, vivam na paróquia formam com ele uma equipe, trabalhando dentro de um plano de conjunto.

### ***1.5. O pároco e os sacerdotes que com ele colaboram são educadores dos militantes leigos, engajados na construção do temporal.***

Nesta tarefa de educador, ou de assistente, o sacerdote deve fazer com que o leigo assumam a iniciativa

e principal responsabilidade. Para isso, é necessário que o pároco:

- confie nas possibilidades do leigo;
- suscite militantes e líderes nas suas comunidades naturais;
- procure conhecer a psicologia do leigo no momento atual.

### ***1.6. Os leigos devem ser membros da comunidade paroquial***

Na sua condição de leigos, conforme suas qualidades e possibilidades, devem colaborar eficazmente em todas as atividades propriamente paroquiais. As atividades paroquiais são aquelas que se relacionam com o culto, o ministério da palavra e a comunidade de caridade.

### ***1.7. Os leigos assumirão a iniciativa e a plena responsabilidade das tarefas temporais e terão no pároco, ou nos sacerdotes que com eles colaboram, educadores que orientam, santifiquem e dirijam suas consciências na realização destas tarefas que lhe são próprias e peculiares.***

A iniciativa e responsabilidade dos leigos ficam circunscritas à orientação dada pela Igreja, representada pelo pároco.

## 2. REQUISITOS FUNDAMENTAIS DA RENOVAÇÃO PAROQUIAL

**2.1. *Decisão do pároco.*** É necessário que ele se disponha a empreendê-la ou apoiá-la eficientemente. A iniciativa da renovação pode partir de outros. É necessário, porém, que o pároco se disponha a apoiá-la e assumi-la, para que o trabalho possa desenvolver-se e realizar transformações em profundidade. Sem o seu apoio, as mais esperançosas iniciativas permanecem raquíticas e pouco eficientes.

**2.2. *Conhecimento da realidade e exploração da potencialidade da paróquia.*** O trabalho deve partir de uma realidade que existe. É necessário que se conheçam e utilizem ao máximo todas as energias latentes e às vezes desconhecidas da paróquia. O auxílio de fora se justifica enquanto for necessário para encontrar, formar e orientar as forças próprias de cada paróquia.

**2.3. *Renovação planejada e continuada.*** A renovação paroquial não pode restringir-se a um determinado período, como seria, por exemplo, um período de missão popular. Terá sua fase inicial, mas será continuada a longo prazo, dentro de metas planejadas e estabelecidas.

## 3. OBJETIVOS BÁSICOS A ATINGIR

Estes objetivos decorrem necessariamente dos princípios anteriormente estabelecidos. Conforme esses princípios precisamos fazer da paróquia:

**3.1. Uma comunidade de fé.** A fé é uma adesão de nossa inteligência e de todo o nosso ser a Cristo, vivo na Igreja; e em nosso caso, vivo na comunidade paroquial. O primeiro objetivo será, pois, fazer com que todos que habitam nessa paróquia:

- recebam o anúncio da mensagem e sejam por ela atingidos: Cristo, vivo na Igreja, é o Salvador que comunica a vida divina a todos que nele crêem;
- possam realizar este encontro com Cristo, em um ato de adesão total, pessoal e comunitário;
- formem pouco a pouco uma comunidade ou comunidades das quais Cristo seja o centro e a vida.

**3.2. Uma comunidade de culto.** O altar deve pouco a pouco tornar-se o centro da vida paroquial. É urgente levar o povo que vem à Igreja a participar ativamente da Missa. Precisamos urgir a aplicação concreta das últimas orientações pontifícias, visando a dar ao povo uma parte ativa, vital e comunitária no culto. Agir, é claro, de acordo com as possibilidades reais de cada meio.

Todos os sacramentos, além da santificação dos indivíduos, são uma fonte transbordante de vida comunitária e realizam a edificação do Corpo Místico de Cristo. É imprescindível que os fiéis sejam levados a uma participação e vivência mais profunda de todos os

sacramentos, principalmente do Batismo. Ter presente o que ensina a *Mystici Corporis Christi* sobre o papel da piedade individual.

**3.3. Uma comunidade de caridade.** É necessário que cada membro da comunidade procure ser verdadeiramente irmão do outro, por ele se sinta responsável, empenhado em resolver seus problemas e ajudá-lo na sua realização como pessoa humana e como filho de Deus. É preciso levar a paróquia a entrar em um clima em que cada cristão seja levado a ser apóstolo, militante, assumindo a responsabilidade de evangelizar e transformar, pelo espírito do Evangelho, todos os seus ambientes de vida e as pessoas que neles vivem.

#### 4. MOVIMENTOS E ESFORÇOS FUNDAMENTAIS A EMPREENDER

A pergunta vem normalmente: Como atingir estes objetivos? Geralmente nossas paróquias vivem afogadas pela quantidade de organizações, de movimentos, que realizam esforços, às vezes heróicos, mas dispersos ou secundários e acidentais.

É necessário, pois, em um trabalho de renovação, atermo-nos ao que é essencial dentro de cada um dos três objetivos a atingir.

##### **4.1. Requisitos do 1º objetivo (Comunidade de fé):**

- a) Valorizar a pregação, *tornando-a viva, sim-*

*ples, procurando encarnar a palavra de Deus na vida concreta da comunidade, de modo a levá-la a uma conversão e aprofundamento de vida.*

- b) Vitalizar e dinamizar a catequese. *Orientá-la dentro de seus verdadeiros métodos e objetivos. Mobilizar todos que com ela podem de alguma maneira colaborar. Organizá-la conforme as necessidades e potencialidades da paróquia (Congregação da Doutrina Cristã, entrosada com o Secretariado Diocesano de Religião, ligado com o Secretariado Nacional de Ensino de Religião).*
- c) Promover e incentivar o movimento bíblico. *É necessário que os paroquianos entrem em contato com a palavra de Deus, que a conheçam, amem e vivam.*

#### **4.2. Requisitos do 2º objetivo (Comunidade de culto):**

Promoção de um intenso Movimento litúrgico, lançado e conduzido dentro de uma pedagogia, levando os fiéis não apenas a atitudes exteriores, mas a uma vivência sempre mais profunda do culto.

#### **4.3. Requisitos do 3º objetivo (Comunidade de caridade):**

Em parte este objetivo já é atingido e realizado

pelos movimentos e esforços anteriores mencionados. Encerra, porém, aspectos diversos que exigem movimentos específicos.

**a) Movimento da Ação Católica especializada conforme os diversos meios de vida:** rural (JAC), estudante (JEC), independente (JIC), operário (JOC), universitário (JUC), Adultos do meio independente (incluindo Equipes de Casais), Ação Católica Operária (ACO) e Movimento Familiar Rural (MFR). Cada paróquia lançará os movimentos que corresponderem aos meios de vida nela existentes: operário, rural, independente, estudantil. Esses movimentos têm como objetivo fazer com que o Evangelho penetre em toda a vida transformando as pessoas e os ambientes em que elas vivem, dentro do espírito evangélico. São a ponte de ligação entre a comunidade paroquial e os homens engajados na construção do temporal. Por meio de seus militantes e de seu método ativo podem atingir todos os ambientes e todas as pessoas, conduzindo-as à comunidade paroquial ou levando-as a nela viverem, mais intensamente.

**b) Congregações Marianas,** Filhas de Maria, Legião de Maria, Apostolado da Oração, Vicentinos, Cruzada Eucarística... Aproveitar todas as forças existentes. Aprimorá-las. Entrosá-las.

**c) Movimento Familiar Cristão,** procurando fazer da vida familiar uma fonte de renovação e vivência



evangélica. Atua melhor no meio independente.

**d) Movimento de vocações sacerdotais.** Seu objetivo principal é fomentar a estima pelo sacerdócio e pela vocação sacerdotal, descobrindo, despertando e cultivando autênticas vocações. Para ele concorrem, indiretamente, todos os outros movimentos. A vocação sacerdotal é um dom que nasce em um clima de cristianismo autêntico.

**e) Secretariado de ação social.** Seu objetivo é fazer com que o espírito de caridade se traduza também na sua expressão material. Coordenará as diversas obras de assistência da paróquia. Procurará despertar a cooperação de todos, mesmo dos beneficiados, evitando paternalismos prejudiciais e fazendo circular, em todas as atividades de assistência, um autêntico espírito de justiça e de caridade.

**f) Comitê administrativo.** Tem como objetivo cuidar das finanças da paróquia: organização do dízimo (centésimo), festas exteriores, campanhas financeiras especiais, administração. Este comitê desempenha, ao mesmo tempo, uma importante função educativa: fazer com que o povo entenda e viva o sentido religioso dessas contribuições materiais para as obras do culto e sustento dos ministros sagrados.

**g) Conselho paroquial.** É o órgão de coordenação de toda vida paroquial. Seu chefe natural é o

pároco. Dele devem participar ao menos um representante de cada um dos movimentos anteriormente mencionados. É o órgão responsável pela elaboração e execução do plano global da paróquia. É o instrumento básico de inserção da paróquia na pastoral diocesana. Acompanhará, passo a passo, o andamento do plano, somando a ação de cada um dos movimentos.

## 5. ETAPAS DO PLANO DE RENOVAÇÃO

São previstas as seguintes etapas no plano de renovação (etapas lógicas, nem sempre cronológicas).

**5.1. O levantamento.** O levantamento (pode durar cerca de três meses) será feito segundo processos estatísticos e sociológicos eficientes. Para esse levantamento demográfico, econômico e religioso não é necessário recorrer logo a um especialista: podem ser usados os meios simples de que a paróquia disponha.

As fichas e estatísticas serão posterior e progressivamente aperfeiçoadas. Trata-se de começar o trabalho com o pessoal com que se pode contar. O levantamento, além de dar uma visão numérica e geográfica da paróquia, indicará aos poucos os problemas mais urgentes e importantes, as energias sobrenaturais da paróquia, as correntes de idéias, as forças humanas e econômicas disponíveis etc... Os que ajudaram no levantamento serão os primeiros a se angustiarem na verificação da realidade.

## **5.2. Identificação das comunidades naturais.**

Será um dos resultados do levantamento. Sabemos que nossas paróquias são extensas (paróquias rurais) e de população elevada e densa (paróquias urbanas) abrangem numerosas comunidades naturais. É preciso identificá-las e iniciar o trabalho a partir da realidade que apresentam:

- **paróquias rurais** de população elevada, disseminada e extensa;
- **paróquias urbanas** de população densa e abrangendo numerosas comunidades naturais. É importante distinguir as paróquias de acordo com a área dos centros a que se referem. Assim se deverá destacar, de modo especial, os grandes centros urbanos do país cujos problemas constituem um caso à parte e exigem, portanto, soluções inteiramente diferentes das demais. Sem este cuidado corremos permanentemente o risco de permitir que estas grandes cidades fiquem completamente inatingidas, já que suas paróquias, superpopulosas, oferecem imensas dificuldades à vida comunitária e às aplicações aqui sugeridas. Sabemos que o problema é de grande complexidade, mas a angústia despertada exige que o enfrentemos. As cidades que incluem várias paróquias jurídicas somente poderão

ser evangelizadas hoje em dia, com eficiência, se toda sua área for considerada como uma paróquia. Os problemas se entrelaçam e cada problema extravasa dos estreitos limites jurídicos das paróquias. A visão global e a planificação de atividades feitas pelo conjunto dos párocos e sacerdotes, auxiliados por religiosos e leigos, com posterior avaliação e revisão constituem esteio na evangelização que nos é confiada.

Sob o ponto de vista religioso, essas comunidades naturais podem apresentar os seguintes aspectos:

- **comunidades cristãs:** ao menos 40% dos adultos vão à Missa sempre que podem e celebram a Páscoa;
- **comunidades abertas à evangelização:** apresentam baixa porcentagem de pascalizantes e de participantes à Missa dominical. Praticam os atos fundamentais: batismo, primeira comunhão, matrimônio, extrema unção, encomendação. Estão abertas e, às vezes, desejosas de uma evangelização mais vital e profunda;
- **comunidades indiferentes,** mas de tradição cristã. Vivem no conformismo religioso. O pouco de prática religiosa torna-se mais hábito ou convenção social. As estruturas se

conservam cristãs, mas o espírito já desapareceu;

- **comunidades pagãs:** não possuem mais nenhum contato com a Igreja.

Sob o ponto de vista sociológico, além da comunidade natural básica — que é a família, chamamos a atenção para os seguintes tipos de comunidades naturais:

- **comunidades rurais:** vilas, capelas, certos sítios mais importantes;
- **comunidades de bairro:** constituem-se nas médias e grandes cidades;
- **comunidades de trabalho:** conjuntos industriais, organizações comerciais, usinas, fazendas de gado, de café, de cacau etc.
- **comunidades estudantis:** escolas, colégios, faculdades.

**5.3. *Descobrir e identificar os líderes.*** Nas paróquias onde as relações sociais são mais simples e humanas, o trabalho é mais fácil. O próprio levantamento já fornecerá dados bem positivos. Convém, porém, notar que esta descoberta de líderes ir-se-á realizando pouco a pouco: à medida que o trabalho avança, as atividades se desenvolvem, as forças se dinamizam. Há também muitos líderes em potencial que despertarão e se desenvolverão a partir do próprio trabalho e em consequência dele. Portanto, o impor-

tante é aproveitar os elementos disponíveis desde que sejam representativos do seu meio.

**5.4. Formar uma comunidade-piloto.** Nossas paróquias, com suas numerosas comunidades naturais, são, muitas vezes, na prática, várias paróquias sob cura de um sacerdote ou equipe de sacerdotes. Em torno da matriz existe, porém, uma comunidade natural (a não ser em casos excepcionais). Nela iniciaremos o trabalho de renovação: procurando formar uma autêntica comunidade de fé, de culto e de caridade. Com esse objetivo iremos despertando e desenvolvendo, aos poucos, os movimentos fundamentais da renovação paroquial (cf. nº IV).

O caso mais comum é que comecemos o trabalho onde já existe uma estrutura paroquial com diversas forças que atuam, associações religiosas, às vezes organizadas e florescentes, outras vezes desorganizadas e em decadência.

O caminho é orientar e canalizar as forças vivas dessas organizações, e sobretudo dos elementos que as integram, para os movimentos e organizações que vão constituir as estruturas básicas da renovação paroquial.

Nesta oportunidade se recomenda um curso do MUNDO MELHOR, reunindo os líderes principais que atuam na paróquia a fim de criar neles, e entre eles, o

clima comunitário, a disponibilidade e generosidade necessária ao trabalho de conjunto. Durante o curso será apresentado e debatido o plano nas suas linhas mestras e cada um tomará consciência de seu papel e da tarefa a realizar.

Assim, pouco a pouco, se desenvolverá e intensificará o movimento catequético, o movimento bíblico litúrgico, o movimento de vocações sacerdotais, os movimentos especializados da Ação Católica, o secretariado de ação social, o comitê administrativo.

O Conselho paroquial irá sugerindo, gradativamente, pelo encontro e pelo trabalho conjunto dos responsáveis dos diversos movimentos.

Onde houver possibilidade, o trabalho pode ser começado com diversas comunidades-piloto.

**5.5. *Atingir as comunidades naturais abertas à evangelização.*** Ao irradiar o movimento da comunidade-piloto para as outras comunidades naturais, convém escolher as que ocupam posição pastoralmente estratégica e de maior possibilidade. Nessas comunidades abertas à evangelização, o trabalho é mais ou menos o mesmo da comunidade-piloto. Os elementos dinâmicos desta irão ajudar a despertar e formar os líderes das novas comunidades. Nessas comunidades, quando não houver Missa aos domingos, os fiéis se reunirão para o culto dominical. Onde for possível e proveitoso

poderão acompanhar a Missa pelo rádio. Aos leigos cabe, nessas comunidades, um papel muito decisivo.

**5.6. *Atingir as comunidades indiferentes e pagãs.*** Tornam-se atualmente mais freqüentes mesmo em algumas zonas rurais. Nestas, o trabalho só pode ser iniciado por meio dos movimentos missionários: JIC, Movimento de Adultos ou Movimento Familiar Cristão para o meio independente; JOC e A.C.O. para o meio operário; JAC e Movimento Familiar Rural para o meio rural. Pela atuação desses movimentos, pouco a pouco, formar-se-á, nessas comunidades naturais, uma autêntica comunidade de Igreja.

Convém observar que a conquista das comunidades pagãs ou indiferentes dos centros urbanos será feita de preferência por penetração nas comunidades naturais. O método mais seguro é a evangelização partindo dos problemas de vida.

**5.7. *Comunidades de trabalho.*** Nelas, o trabalho de evangelização deve atingir não apenas a direção de empresa, mas todos que nela trabalham. É uma tarefa sutil que precisa ser realizada com muita habilidade para que a gerência não adote atitudes paternalistas e distantes, mas compartilhe com os trabalhadores da comunidade de fé, de culto e de caridade que se vai estabelecer. O sacerdote deve ser pastor dos operários e dos donos de empresa, evitando compromissos parti-



dários e econômicos que possam prejudicar o resultado positivo da missão. O caminho mais certo se fará pela introdução da Doutrina Social da Igreja especialmente consignada na encíclica *Mater et Magistra*. Os padrões cristãos não serão menos advertidos sobre o grau de suas responsabilidades.

**5.8. Comunidades estudantis.** Estas fazem parte de um plano especial e devem entrosar-se com o plano de renovação paroquial.

**5.9. Formação de militantes e responsáveis.** Esta formação será realizada dentro dos movimentos básicos, segundo a pedagogia de cada um. Muitas vezes uma mesma pessoa atuará em mais de um movimento, sobretudo porque entre eles há uma interpenetração e dependência mútuas. É necessário, contudo, um esforço para dividir, o mais possível, as responsabilidades.

Todo este trabalho de formação de militantes deve ser feito por meio da ação na vida e a partir da vida, dentro do método: de VER—JULGAR—AGIR, insistentemente recomendado pelo Santo Padre na encíclica *Mater et Magistra*. Os cursos desempenham um papel importante, mas como complemento da formação na vida.

**5.10. Estabelecimento de metas dentro de um certo prazo.** Dentro dos grandes objetivos, cada movimento estabelece metas a serem atingidas e planos a

serem realizados dentro de um certo período de tempo. Sua finalidade não é determinar nem controlar a ação da graça, que age onde, quando e como quer. Essas metas atuam como uma motivação psicológica e um ponto de referência para a avaliação dos trabalhos.

Para conservar e renovar o clima comunitário, realizar-se-ão, periodicamente, cursos do Mundo Melhor.

**5.11. Aproveitamento dos órgãos de opinião pública e das grandes manifestações e movimentações de massa.** Estas atividades atuam como fator psicológico. Devem ser a expressão de um trabalho de base anteriormente realizado e só são proveitosas quando por ele continuadas e aprofundadas.

**5.12. Conselho paroquial.** Irá sendo formado e consolidado mediante a própria atuação de seus membros e do trabalho de base que vai sendo realizado. Cada vez mais assumirá o trabalho de coordenação. Dará uma visão comunitária e apostólica à paróquia, inserindo-a, ao mesmo tempo, na pastoral diocesana.

## 6. DA RENOVAÇÃO PAROQUIAL À RENOVAÇÃO DIOCESANA

### **6.1. O plano**

Os primeiros passos da renovação paroquial durarão cerca de um ano. Se alguma diocese julgar possível e conveniente, poderá começar a renovação

em mais de uma paróquia. No ano seguinte poderá tentar a experiência em outras paróquias.

Seria proveitoso fazer-se um rápido levantamento diocesano para identificar, ao menos *grosso modo*, as zonas humanas dentro da diocese e a paróquia-chave dentro de cada zona. Seria estratégico e de longo alcance atingir essas paróquias-chave.

As paróquias que já tivessem experiência ajudariam àquelas que desejassem começar. Este intercâmbio ofereceria as seguintes vantagens:

- criaria uma mentalidade supraparoquial que vivifica a ação;
- colocaria a paróquia em estado de missão;
- reuniria o clero em volta de um objetivo comum, levando-o a uma vida em equipe, de circulação na caridade;
- congregaria todas as forças em torno do Bispo — Pai e Chefe da grande família diocesana;
- conduziria os sacerdotes a uma séria renovação espiritual; — levaria à sensação de progresso e de otimismo, pela proposição de metas fáceis, possíveis, concretas, imediatas e vitais.

## **6.2. Encontros dos sacerdotes**

Para que o trabalho de renovação paroquial tenha profundidade e extensão na diocese e para que a dio-

cese toda, no período de alguns anos, seja renovada, é necessário que o clero se entrose cada vez mais, numa visão de problemas comuns e num trabalho unido. São indispensáveis, para tal escopo, as reuniões do clero, os encontros possivelmente mensais. A união de atividades é mola essencial na dinamização apostólica de nossa pastoral.

Esses encontros mensais durariam um dia e consistiriam de revisão, meditação, tempo para as confissões, planejamento para o mês a iniciar-se.

Anualmente, além do retiro, poderiam os sacerdotes fazer algum curso especial de atualização pastoral e extensão universitária.

É da maior utilidade a existência de sacerdotes liberados, mesmo com sacrifício de alguma Paróquia, ficando a serviço de uma Pastoral de conjunto ou de algum setor de atividade apostólica.

## CONCLUSÃO

O plano de renovação diocesana apresenta aspectos mais vastos e de maior alcance. Transcende, porém, o objetivo deste tema. Mas tudo o que foi dito e apresentado sobre renovação é um passo decisivo para a renovação diocesana. Procuramos apresentar as linhas fundamentais dessa renovação. Será neces-

sário o trabalho de aplicá-las às diversas realidades e circunstâncias.

## **2.2. Para uma renovação do ministério sacerdotal**

Defrontamo-nos com o desafio de uma nova civilização que se constrói carregada de valores positivos e reais conquistas do progresso humano, mas joeirada também de sementes de destruição e de morte.

À Igreja cabe, por missão divina, impregná-la do fermento evangélico; converter e conduzir ao destino sobrenatural os homens engajados na sua construção.

Instituição divina, embora encarnada, a Igreja não necessita de adaptações comprometedoras nem de auxílios exteriores, mas possui, em si mesma, na fidelidade absoluta à sua própria natureza, as energias necessárias ao desempenho cabal de sua missão. É como o pai de família que tira do seu tesouro coisas velhas e novas (Mt 13, 52).

Quando falamos, pois, em renovação pastoral, entendemos, em primeiro lugar e acima de tudo, um mergulho da Igreja em si mesma, para haurir de suas fontes divinas e perenes as águas vivas capazes de animar o mundo de hoje e inseri-lo no plano eterno da salvação.

Uma dessas fontes, das mais importantes e decisivas, é o ministério sacerdotal. Ministros de Cristo e dispensadores dos mistérios de Deus (1Cor 4,1), os sacerdotes constituem, por disposição divina, os canais indispensáveis na comunicação das graças e dos dons que efetuam a passagem dos homens para Deus.

## 1. PARTINDO DA REALIDADE

Existe no Brasil, segundo os dados mais recentes (CRB 1961), um total de 11.565 sacerdotes, dos quais 4.626 seculares.

Disseminados pelo vasto território nacional, entregues às mais diversas tarefas e ministérios, realizam, na sua maioria, um trabalho verdadeiramente heróico. Conforme resultados de uma sondagem realizada em abril do ano passado, com sacerdotes de todas as religiões do país, e coligindo os depoimentos expressos por muitos outros em reuniões do clero e contatos pessoais, pode-se afirmar que a grande porcentagem do clero brasileiro sente-se, por diversos motivos, esmagada diante das exigências atuais do ministério.

Existem, em todo o país, 4.300 paróquias (dado de 1960), confiadas a seus cuidados pastorais, com a extensão média de 2.135 quilômetros quadrados, e chegando algumas a uma população de 200.000 habitantes.

Neste exame da realidade temos que considerar

os padres já alquebrados pela idade e pela doença, e o número talvez respeitável dos que consagram seu tempo, integral ou parcialmente, a tarefas não sacerdotais.

Consoladoramente o número de sacerdotes tem aumentado nos últimos anos, mas o seu ritmo de crescimento está muito aquém da explosão demográfica que atualmente registra, cada ano, em nosso país, um aumento populacional de 2.000.000 de habitantes.

Ante o desenvolvimento acelerado do país, dentro dos seus grandes desequilíbrios demográficos, sociais, culturais, econômicos e políticos, os problemas se multiplicam, dia a dia. Novas correntes de idéias nascem, penetram, circulam e agitam.

O clero, sem apreender talvez suas verdadeiras dimensões, sente esta nova realidade no contato direto com as almas, no exercício cotidiano do ministério, no clima que respira por toda parte, dentro e fora da paróquia. Muitos, pouco a pouco, tomam consciência da insuficiente preparação recebida no seminário e reconhecem-se pouco preparados para enfrentar a complexidade da situação.

O problema, porém, que mais pesa, que mais angustia e derrota é o **problema do isolamento**. Numa fidelidade heróica à sua missão e à vocação divina a que foram chamados dão o melhor de suas energias. Mas sentem-se, muitas vezes, franco-atiradores. Seu

esforço é isolado. Não há plano de conjunto, não há apoio.

Os recursos são exíguos, há inaproveitamento e dispersão de forças. Se não fosse pelo seu espírito de fé e a assistência do Espírito Santo, julgar-se-iam heróis da uma causa perdida.

Esse isolamento é, muitas vezes, um **isolamento de vida**: espiritual, intelectual e humana. Perdidos na imensidade das paróquias rurais, mergulhados na complexidade dos conjuntos urbanos, raramente encontram outros colegas; alguém que viva a mesma vida, sinta os mesmos problemas, vibre com os mesmos ideais; alguém com quem possam entabular um diálogo de alma para alma, numa comunhão de vida humana e sacerdotal. Para muitos, a vulgarização paulatina e insensível é um dos grandes escolhos.

Outros se encontram ainda enredados e paralisados por sérios problemas financeiros.

Diante desta situação, as reações manifestadas pelos sacerdotes são bem diversas e dignas de reflexão.

Encontramos os **padres pessimistas**. Mesmo abstraindo de influências de temperamento, seu número tende a aumentar. São padres que lutaram. Durante alguns anos deram, talvez, o melhor de suas energias. Sentiram-se desapoitados e desestimulados. Vieram os fracassos. Os fundamentos espirituais foram abalados.



Hoje estão decepcionados, alguns recalçados, desiludidos de tudo e de todos. Pode ser um passo para a apostasia.

Um outro tipo são os **padres conformistas**. Passaram os primeiros anos de fervor sensível. Várias ilusões desfizeram-se por terra. Encontram-se, hoje, frente a frente com uma dura realidade. Acham inútil e ilusório empreender grandes esforços. Formam sua consciência e estabelecem um padrão regular de vida. Alguns se tornam autênticos funcionários do altar.

Ao lado destes estão os **padres ativistas**. Levados talvez por inclinação temperamental, lançam-se a grandes empreendimentos exteriores. Sentem-se estimulados e envaidecidos pelos aplausos e admiração do povo. Falta-lhes, porém, o fermento sobrenatural que anime seus esforços numa autêntica construção do reino de Deus. Para alguns, conforme depoimentos ouvidos, as obras exteriores são uma fuga, um derivativo de fracassos e desânimos na vida de apostolado.

Existem, ainda, os **padres angustiados**. Tomaram consciência do problema; são, talvez, capazes de medir suas verdadeiras dimensões. Não estão desanimados. Querem agir. Sentem aguçados seu espírito de fé e ideal apostólico. Mas não vêem, claramente, as pistas de solução.

Muito comum é o tipo de padres **dispersivamente apostólicos**. Alguns são de uma generosidade

e dedicação heróicas. Trabalham, esgotam-se, consomem-se pela construção do reino de Deus. Falta-lhes, porém, uma visão dos verdadeiros dados do problema. Deixam-se arrastar pelo imediatismo. Empreendem várias atividades paralelas, descoordenadas, sem plano de conjunto. Perdem-se em detalhes secundários e acidentais e deixam de lado posições fundamentais e estratégicas.

Existem, porém, e seu número vai aumentando os padres **profundamente apostólicos**. Têm consciência clara da situação, visão global e apostólica, de todos os aspectos, intuição das linhas mestras de solução, capacidade concreta de realização, profundo espírito sobrenatural. Ressentem-se, às vezes, de uma mais ampla e efetiva coordenação em plano interparoquial e diocesano. Alguns, com tenacidade, perseverança e espírito sobrenatural, têm conseguido prepará-la e mesmo realizá-la. Precisariamos multiplicá-los.

Este quadro que acabamos de esboçar impõe uma séria, grave e decisiva reflexão. Coloca-nos diante de um dos elementos mais fundamentais da vida da Igreja e de sua renovação pastoral. Os sacerdotes são os colaboradores diretos e imediatos da hierarquia. Que poderá fazer um Bispo sem sacerdotes? Ao mesmo tempo, os leigos, que também são Igreja, e nela devem assumir as responsabilidades que lhes são peculiares e insubstituíveis, quase nada podem fazer sem a ação

e animação de um autêntico ministério sacerdotal. É questão de número, mas sobretudo de qualidade e valor apostólico.

Impõe-se, pois, um esforço em toda linha para valorizar e desenvolver o talvez insuficiente, mas considerável potencial de energias sacerdotais que Deus outorgou à Igreja em nosso país.

É preciso reacender as energias que fumegam, movimentar as que estão paralisadas, dar substância às que se esvaziaram, coordenar as que se acham dispersas, incendiar as que estão vivas e acesas, dispô-las todas para que Deus nos conceda um novo Pentecostes sacerdotal.

Examinemos, pois, rapidamente, os princípios, os requisitos, os objetivos, os esforços e etapas que vão orientar este trabalho de renovação.

## 2. ALGUNS PRINCÍPIOS

Este esforço de renovação deve ser inspirado e orientado pela própria natureza do sacerdócio e constituição divina da Igreja. Dois princípios, ao menos, são de importância para o nosso propósito:

**2.1. A colegialidade do sacerdócio.** O Bispo possui a plenitude do sacerdócio, sua consagração suprema. Os presbíteros, embora de modo próprio e pessoal, participam do sacerdócio do Bispo. A perspectiva, como diz o Pe. Liege, consiste não em ver o

que o episcopado acrescenta ao presbiterato, mas em precisar em que o presbítero participa da plenitude sacerdotal do Bispo.

A relação dos padres para com seu Bispo não deve ser, pois, apenas de uma submissão a uma autoridade superior, mas de uma comunhão no sacerdócio total. Esta ligação não se faz apenas de modo linear e pessoal, mas comunitário e colegial.

Os sacerdócios participados limitados, incompleta e completamente exercidos, unem-se e integram-se no sacerdócio pleno do Bispo e, por meio dele, no sacerdócio único, transcendente e absoluto do Cristo.

Por sua vez, os Bispos fazem parte do colégio episcopal que, na sua união com o Vigário de Cristo, possui a infalibilidade doutrinal e assume a responsabilidade da Igreja universal e da evangelização do mundo (cf. Encíclica *Fidei Donum*).

**2.2. O mistério da Igreja particular.** A diocese, da Igreja particular, é, como diz o Pe. Ranner, a comunidade dos discípulos de Cristo reunida para o culto, tendo como cabeça um Apóstolo ou um sucessor dos Apóstolos.

A Igreja universal não é uma soma das Igrejas particulares, mas a Igreja particular é uma “concentração da Igreja universal, exercendo sua faculdade própria de realização”. E Mons. Guerry acrescenta: “O

mistério de Cristo, que possui a Igreja Universal, encontra-se todo inteiro na Igreja particular, porque está todo inteiro na graça e no sacerdócio do seu Bispo”. O Bispo personifica, recapitula todo o mistério de sua diocese do rebanho que lhe foi confiado. Daí a preocupação fundamental de reunir em torno da cátedra episcopal todas as forças da Igreja. Em sua diocese, o Bispo é e deve permanecer sempre o laço da unidade, e respeitando as livres iniciativas e inspirações do Espírito, nele devem ser asseguradas a unidade no apostolado e a comunhão com a Igreja universal.

### 3. REQUISITOS BÁSICOS

Mas, para que este esforço se desenvolva e efetive, é necessário que:

**3.1. O Bispo se decida e o assuma.** Como pai e pastor de sua diocese, o Bispo é, antes de tudo, pastor e pai de seus colaboradores mais imediatos, daqueles que participam da própria plenitude de seu sacerdócio. Confirmar na fé e na comunhão da Igreja seus sacerdotes é, talvez, sua tarefa mais importante e decisiva.

A iniciativa pode não partir do Bispo, mas necessita de seu consentimento profundo, manifesto e efetivo. Sem ligação vital com o Bispo, essa iniciativa se lançaria em pistas falsas, expor-se-ia a perigos sérios e fatais.

**3.2. *Os sacerdotes despertem e desejem.*** Esta renovação não se realiza apenas por decreto emanado do alto. Não adianta dar comida a quem não tem fome.

Para que esta renovação se concretize é necessário que os sacerdotes despertem, sintam-na e desejem-na. É preciso criar o clima. Este é um dos primeiros passos.

**3.3. *Parta-se da realidade e aproveitem-se as energias e recursos existentes.*** Há situações que dificultam o trabalho e o tornam mais lento e penoso. Não existem, porém, situações que o impossibilitem. Precisamos crer profundamente nas disposições da Providência e na ação do Espírito, e colaborar com elas, generosa, humilde e fielmente.

**3.4. *Procure-se fazer da diocese uma unidade de ação pastoral,*** não apenas no mistério invisível da Igreja particular, mas uma unidade visivelmente expressa num aproveitamento e dinamização de todas as forças, em uma ação planejada, organizada, coordenada e continuada da pastoral diocesana, articulada à Província, à Região.

#### 4. OBJETIVOS FUNDAMENTAIS

Partindo da realidade e dentro dos princípios e requisitos anteriormente estabelecidos, visamos a dois grandes objetivos:

**4.1. *Ajudar os padres a desenvolverem e atualizarem todas as potencialidades de seu sacerdócio no serviço de Cristo e da Igreja.*** Urge que eles descubram e vivam sua função específica e verdadeira, dentro do Corpo Místico de Cristo. Para isso é necessário que se tornem:

**a) Padres adultos humana e sobrenaturalmente.** A expressão “presbítero” já o faz lembrar. Devem tornar-se padres dotados do espírito de observação, capacidade de reflexão e decisão pessoal e livre; padres responsáveis numa fidelidade absoluta à sua consciência e à ação da graça. Esta formação supõe que sejam aproveitadas e desenvolvidas as qualidades humanas do sacerdote, levadas, embora, em conta, as necessidades e exigência da Igreja.

Neste esforço, defrontamo-nos muitas vezes com um certo impasse entre uma dualidade e uma exigência de unidade.

É a dualidade entre instituição e personalização, entre autoridade e liberdade.

Neste caso é necessária uma fidelidade absoluta àquele que é o princípio da unidade e da diversificação e inferiorização das graças: o Espírito Santo. Ele é o princípio que personaliza e inferioriza os dons e distribui a cada um, conforme quer (1Cor 12, 11). Mas a cada um é outorgada a manifestação do Espírito para a utilidade comum (1Cor 12, 7). Cada um recebe os

dons não como um indivíduo isolado, mas como o membro de um corpo orgânico, segundo o lugar que ocupa e conforme o papel que deve desempenhar e à contribuição que deve dar à vida do Corpo único e total.

O Espírito Santo que o Bispo possui em plenitude é o mesmo que vive nos sacerdotes e neles suscita e desperta as livres iniciativas e movimentos da graça. A unidade será procurada e alcançada na medida em que o Bispo e seus sacerdotes procurarem viver no Espírito Santo. É este o princípio básico da Obediência evangélica. Nos casos difíceis, nos impasses embaraçosos, convém lembrar que somente a autoridade dos sucessores dos apóstolos, unidos ao sucessor infalível de Pedro, garante a autenticidade do Espírito de Jesus. Nestes casos a obediência exigirá um espírito de fé tanto mais vivo e profundo.

**b) Padres profetas**, que sejam, em todas as dimensões, ministros autênticos da Palavra. Para isso é necessário que a conheçam, que tenham a preocupação de estudar metodicamente o Antigo e o Novo Testamento nas perspectivas do mistério da salvação.

É necessário que conheçam e assimilem os ensinamentos do magistério da Igreja, que penetrem e aprofundem as grandes verdades sistematizadas e explicadas na teologia dogmática, na teologia moral, na



teologia ascética e mística; que possuam uma síntese da história e do mistério da Igreja, olhada nas perspectivas do mistério da salvação.

Não bastam, porém, o conhecimento e o estudo. A Palavra de Deus não é, apenas, uma doutrina, um conjunto de idéias, mas, antes de tudo, um Fato, um Acontecimento, o desígnio eterno de salvação, realizado por Deus em Cristo, através da história.

Para conduzir a Deus os homens de hoje, os padres precisam ser autênticos profetas: viver profundamente à luz da fé, da esperança e da caridade este desígnio de salvação que conhecem pelo estudo da doutrina. Poderão, assim, olhar as pessoas, os acontecimentos, as realidades de hoje à luz deste mistério, encontrar o seu sentido dentro do plano divino, discernir os autênticos valores evangélicos e as sementes de pecado, descobrir em cada um deles os caminhos da graça, a intenção de Deus. A vivência deste mistério os ajudará a conhecer mais claramente o que Deus quer diante de cada acontecimento, de cada pessoa, de cada realidade.

**c) Padres pastores**, que conheçam suas ovelhas, que as conduzam, que dêem a vida por elas. Não basta que o padre conheça a verdade e a transmita em toda sua objetividade. É necessário que ele prepare e disponha o rebanho para recebê-la, aderir a ela e desenvolver

as forças vivas que esta desperta. É necessário que saiba voltar-se para a realidade íntima de cada pessoa, procure conhecê-la, compreendê-la e ajudá-la. Esta pessoa tem uma história, é fruto de uma mentalidade, de limitações, de condicionamentos sociais, econômicos, psicológicos. Tem um papel insubstituível e único a realizar no plano de Deus. Não pode ser estandarizada. Deve ser ajudada dentro das correções concretas em que se encontra. Esta tarefa exige, hoje, do padre uma gama variada de conhecimentos e uma dedicação sem limites.

Sem ser especialista, precisa ter conhecimentos de pedagogia, de psicologia (nas suas diversas divisões), de ciências sociais de economia, conhecimentos técnicos (conforme o meio em que trabalha), desenvolvimento de comunidade, técnica de liderança, trabalho em grupo, meios de comunicação com a massa e opinião pública etc. Precisa desenvolver a virtude da prudência e da fortaleza e, sobretudo, dilatar o coração ao impulso de uma ilimitada caridade, tornando-se “tudo para todos”.

O padre pastor é, sobretudo, o padre educador dos leigos, capaz de formar cristãos espiritualmente adultos. É o ministério mais exigente, mas, talvez, o mais importante e decisivo para a Igreja de hoje.

**d) Padres sacerdotes**, capazes de criar e animar verdadeiras comunidades de culto. Por meio da

limpidez exterior dos gestos e da vivência interior do mistério, devem levar os fiéis a formarem uma verdadeira comunidade de Igreja, consagrada ao louvor e ao serviço divino.

**e) Padres ministros de Cristo e da Igreja**, que se dediquem integralmente ao seu ministério, que creiam profundamente nas energias sobrenaturais de seu sacerdócio, participação no sacerdócio único e absoluto de Cristo. Citamos aqui as palavras do Pe. Congar: “Ministro do eterno e da cidade sem declínio, o padre é o servidor dos homens e deve misturar-se a eles, não para construir com eles a figura deste mundo que passa, mas para fazer deles as pedras vivas do Templo de Deus. Os recursos que coloca a seu serviço não são os braços robustos ou as mãos hábeis de um trabalhador, nem a eficiência de uma profissão terrestre, por mais nobre que seja o serviço que ela assegura, mas são energias espirituais: sejam pessoas de conhecimento, de amor e oração; sejam ministeriais de seu sacerdócio e ordem hierárquica... O padre-apostólico está na cidade, sem ser dela; está nela, e nela deve permanecer presente, mas para despertar e erguer a terceira dimensão, aquela segundo a qual os homens, para o bem de quem existe a cidade, são feitos para Deus. O padre é o homem da dimensão vertical; sua vocação é ir a Deus, conduzindo a Ele os outros pela utilização dos meios espirituais (Jalons, p. 551)”.

**4.2. Unir os padres colegialmente em torno de seu Bispo.** É uma conseqüência e uma exigência direta da colegialidade do sacerdócio e do mistério da Igreja particular. É na comunhão íntima com seu Bispo e com os outros sacerdotes, que o padre pode desenvolver e atualizar as potencialidades de seu sacerdócio. É sustentado e animado por um sacerdócio múltiplo e uno que ele poderá cumprir sua missão de construir a Igreja una, santa, católica e apostólica.

Esta unidade é ainda uma exigência fundamental e indispensável do verdadeiro apostolado. Em sua oração sacerdotal, Jesus pede a seu Pai: “Para que todos sejam um e o mundo creia que tu me enviaste” (Jo 17,21). E, logo após, o repete: “Sejam consumados na unidade e o mundo creia que me enviaste” (Jo 17, 23). A unidade na fé e na caridade é o testemunho insubstituível e decisivo da ação apostólica e, ao mesmo tempo, seu objetivo supremo. Cristo dirige-se de um modo especial a seus sacerdotes.

## 5. ESFORÇOS E METAS DECISIVAS A EMPREENDER

**5.1. Uma pastoral diocesana de conjunto.** É o esforço mais importante e decisivo. Sem uma pastoral diocesana de conjunto, os objetivos anteriormente apresentados dificilmente ou mesmo de modo algum, seriam realizados. Além dos motivos de ordem teológica e espiritual já expostos, a pastoral de conjunto é um fator peda-

gógico de primeira ordem. Para os sacerdotes, o método ativo, o VER – JULGAR – AGIR, conserva também o mesmo valor e eficácia. A pastoral de conjunto:

**a) Faz renascer nos sacerdotes uma nova esperança.** Assinalamos, no início, que o isolamento é o maior drama de muitas vidas sacerdotais, o que mais pesa e destrói energias vivas. Em uma pastoral de conjunto os sacerdotes comprometem-se com tarefas concretas e comunitárias. Percebem que seu esforço não é isolado, mas faz parte de um todo orgânico. É uma nova corrente de entusiasmo e vitalidade que perpassa em toda a diocese.

**b) Desperta um desejo de formação mais sólida e profunda.** Novas necessidades e exigências são descobertas. Para responder a elas muitos sentem avivar em si o gosto pelo estudo, pela pesquisa, a sede de um maior enriquecimento espiritual. Torna fácil a realização periódica de cursos de extensão universitária para o clero.

**c) Provoca uma melhor distribuição, organização e pleno aproveitamento das energias sacerdotais.** Muitos redescobrem as verdadeiras possibilidades do seu sacerdócio e se dão mais eficazmente ao ministério. Uma distribuição mais objetiva e estratégica dos sacerdotes pode ser encarada. As complementaridades de cada um são mais bem aproveitadas em um todo mais harmônico e comunitário.

**d) Assegura uma unidade e continuidade de ação pastoral.** Um dos dramas da pastoral é a dispersão de forças e a descontinuidade de ação. Duas paróquias vizinhas orientam, não raro, sua pastoral em linhas completamente diferentes. Às vezes uma mesma paróquia, no espaço de cinco anos, recebe impulso de orientação inteiramente diferente, conforme os padres que por aí passam.

**e) Pouco a pouco... surgem na diocese padres mais competentes e, sobretudo, padres de síntese,** que possuem o sentido do conjunto, das intervenções decisivas e prioritárias, das possibilidades concretas, do emprego racional dos recursos, da coordenação geral dos empreendimentos.

**f) Reaviva e aprofunda o sentido do Bispo, da diocese e da Igreja.** Um novo clima e uma nova corrente comunitária entre os sacerdotes e dos sacerdotes com o Bispo renascem e se desenvolvem. Caem os particularismos, as prevenções, o isolacionismo, e todos se deixam, pouco a pouco, penetrar de um autêntico espírito de Igreja.

**5.2. Reuniões periódicas do clero (se possível, mensais).** Seu objetivo principal é ser o esteio da pastoral de conjunto e instrumento indispensável da renovação sacerdotal. Consta, essencialmente, de quatro partes: revisão, meditação, estudo e planejamento. Uma síntese de retiro mensal e reunião pastoral. Um ambiente fraterno e acolhedor constitui um oásis no

isolamento sacerdotal. Permitirá ao Bispo e a seus sacerdotes tomar o pulso da diocese.

Anualmente, além do retiro do clero, torna-se necessária uma reunião de vários dias para uma revisão do ano, temas de estudo mais aprofundados e planejamento do ano subsequente.

**5.3. Dinamização dos arciprestados.** Em cada diocese existem várias zonas humanas. São zonas que possuem os mesmos problemas, as mesmas atividades econômicas básicas os mesmos pontos de interesse e mentalidade mais ou menos homogêneos. Estas zonas exigem uma adaptação e maior concretização da pastoral diocesana de conjunto às suas realidades concretas e peculiares. Os limites dos arciprestados devem coincidir com os dessas zonas humanas.

Nas dioceses em que as reuniões do clero se realizarem mensalmente, como é de desejar, as reuniões dos arciprestados se confundem com reuniões diocesanas. Apenas, os sacerdotes de cada zona concretizam, em equipe e para a sua zona respectiva, o plano de conjunto da diocese.

Nas dioceses onde, por sérios motivos, não for possível a reunião mensal, ou onde o número de sacerdotes ou outros graves fatores aconselharem uma maior descentralização, os arciprestados, dentro das linhas anteriormente apresentadas, assumirão um papel mais importante e decisivo. Ao menos no âmbito de cada zona as reuniões devem ser mensais. Mas, mes-

mo assim, as reuniões periódicas de todo o clero e a pastoral de conjunto de toda a diocese conservam sua principal importância. Em resumo, os arcepresbiteros devem ser dinamizados dentro da unidade diocesana.

#### ***5.4. Experiência de comunidades sacerdotais.***

Seria aconselhável que se intensificassem as experiências de comunidades sacerdotais. Onde possível, em vez de uma maior subdivisão de paróquias, formar-se-iam comunidades sacerdotais, que atenderiam a toda a zona. Esta vida comunitária mais intensa dinamizaria a ação pastoral e seria um meio poderoso de renovação sacerdotal.

#### ***5.5. Dinamização das Comissões Diocesanas.***

Para sustentar os diversos movimentos de base e garantir uma ação de conjunto, precisariam ser criadas, reestruturadas e dinamizadas as diversas Comissões Diocesanas: Comissão de Ensino Religioso, Comissão de Liturgia, de Música e Arte Sacras, Comissão Bíblia, Comitês Diocesanos dos diversos movimentos de AC Especializada, Comitê do Apostolado dos Leigos, Comissão de OVS, Secretariado de Ação Social, de Opinião Pública etc.

Sacerdotes, religiosas e leigos formarão uma equipe que, na diversidade dos trabalhos, dará unidade à execução do planejamento. Em sua estrutura:

- um Conselho Diocesano, composto de sacerdotes, religiosos e leigos, com as funções de:



- estudar a situação;
- especificar objetivos;
- dar assistência à execução;
- avaliar os resultados.
- uma assessoria técnica para assistir o Conselho Diocesano, quando solicitada sua colaboração;
- uma secretaria executiva com a função de:
  - estimular a criação de organismos diocesanos;
  - ajudar a execução da pastoral de conjunto;
  - estabelecer sistemática coordenação, possibilitando uma ação unitária entre os diversos órgãos e instituições.

Dentro dessa estrutura, a Cúria adquirirá uma grande função. Com um ambiente agradável e fraterno, incluída ou não na divisão anterior, será menos o órgão que fiscaliza, cobra, despacha, que uma mola importante na Família Diocesana.

## 6. ETAPAS PRINCIPAIS

Este conjunto de metas e esforços não se estrutura em um dia. Vejamos, pois, em suas grandes linhas, as etapas de sua realização. Essas etapas não são inteiramente estanques e distintas, mas se entrosam e interpenetram.

**6.1. Lançamento.** É aconselhável e proveitoso iniciar com um Curso do Mundo Melhor, para todo o clero, de maneira a criar um clima comunitário em espírito de disponibilidade.

**6.2. Planejamento.** Como parte do curso, deve surgir um planejamento inicial, incluindo um elementar levantamento sociológico das Paróquias ou sedes Paroquiais e a reunião mensal do clero. Se houver planejamento regional, este será o roteiro para o Diocesano.

É, entretanto, essencial, que surja um organismo ou ao menos uma pessoa responsável pela execução do que foi deliberado, pois somente assim haverá garantia de transformar em atos as palavras e os propósitos generosos.

**6.3. Estruturação do conjunto.** À medida que as necessidades e o desenvolvimento do plano exigirem, irão sendo criadas e dinamizadas as diversas Comissões, Comitês e Secretariados Diocesanos. Para que sejam eficientes, é necessário que não sejam criados apenas por decreto, mas correspondam a uma necessidade, a um trabalho de base a ser apoiado, estimulado, dinamizado. Alguns setores especializados (por exemplo, Comunidades estudantis) que exigem uma ação supraparoquial, serão assumidos diretamente pela Diocese em entrosamento perfeito com o trabalho paroquial.

## CONCLUSÃO

São estas as idéias fundamentais do plano de renovação do ministério sacerdotal. Em uma linha de renovação pastoral e de pastoral de conjunto, precisaríamos complementá-lo com um plano para os leigos e para as religiosas. Mas, como dissemos no início, este é o setor mais vital e decisivo, que sustentará todos os outros.

### **2.3. Renovação dos Educandários**

#### 1. PRINCÍPIOS

A escola católica deve ser caracterizada por dois princípios fundamentais e complementares: espírito de família e espírito missionário.

Considerando-se a escola em sua vida interna, em suas instituições, ela deve ser uma verdadeira comunidade de amor. Nela deve dominar um verdadeiro espírito de família.

Em razão de sua própria finalidade, a escola católica deve ser uma comunidade em estado de missão. Deve estar, portanto, imbuída do espírito missionário.

#### ***1.1. Espírito de família***

Todo ser humano, normalmente, se desenvolve biológica, psíquica, intelectual, moral e espiritualmente

na família, sociedade natural, comunidade de amor. A escola, como um instrumento da família, tem como função precípua colaborar com ela na obra educacional. Deve, portanto, procurar viver até as últimas conseqüências o espírito familiar. Este espírito impõe à escola uma pedagogia inspirada no conceito de amor.

Como na família, a escola deve ter uma autoridade; no caso representada pela direção e pelos professores. Uma autoridade sim, mas envolta em amor, que compreende, orienta e corrige porque ama.

Na escola deve haver também um grande espírito de fraternidade. Espírito que deve levar a uma verdadeira compreensão entre a direção, os professores e os alunos.

Para que o espírito de família penetre realmente na escola católica é necessário:

- criar uma estrutura na qual os educadores (direção, orientadores educacionais e professores), a família e os educandos se sintam responsáveis em todos os aspectos pela comunidade escolar;
- procurar atingir as famílias dos educandos, por meio de visitas, entrevistas, cursos, divulgações, organizando e vivificando as associações, as reuniões, os círculos de pais e permitindo a estes uma colaboração mais concreta na vida da escola;

- reconhecer aos alunos o direito e a oportunidade de se pronunciarem sobre a vida da escola;
- levar a um esforço total para a caridade evangélica em toda a profundidade e extensão.

### ***1.2. Espírito missionário***

A Igreja é essencialmente missionária. Nós – Papa, Bispos, padres e fiéis – somos a Igreja. Portanto, todo cristão deve ser missionário. E a escola, sendo uma organização de cristãos, deve colocar-se em estado de missão.

Para poder inculcar um espírito missionário, toda a instituição escolar precisa viver em clima de conquista missionária, aberta a todos os problemas da Igreja local, diocesana, nacional e universal. Que a estrutura da escola seja pensada e orientada para encarnar a mensagem eterna do Evangelho neste século, nesta sociedade, nestes homens. O próprio corpo docente deve ser o primeiro a dar testemunho de estado de missão. É de máxima importância que os educadores formem equipes de trabalho e de vida.

A formação dada pela escola católica exige uma iniciação gradual e adequada no apostolado dentro e fora da escola.

Estar em estado de missão é também adquirir uma visão dinâmica e universalista da realidade. Formar na ação os nossos líderes e militantes significa despertar neles:

- a confiança em si mesmos (sem quebra da humildade autêntica);
- a preocupação do “outro”;
- a consciência de seu compromisso com a Redenção do mundo;
- o sentido de equipe;

levando-os a:

- crer no sobrenatural;
- estar constantemente preparados para a militância;
- comprometer-se pessoal e publicamente com Cristo;
- empolgar-se com o heroísmo;
- cultuar o essencial e hierarquizar valores;
- assumir responsabilidades por meio dos engagements enquanto estudantes e, mais tarde, como adultos.

## 2. METAS A ATINGIR

Estudados os princípios básicos da Renovação dos Educandários, passamos a indicar as metas que estes devem atingir.

De início firmar o seguinte: a escola não é feita só para corrigir, nem só para preservar, mas principalmente para formar.

Por isto, o número excessivo de alunos não deve

prejudicar a possibilidade de dar uma educação integral a todos. O educandário não é um fim em si mesmo. E para que a escola cumpra verdadeiramente a sua missão, deve eliminar todos os preconceitos sociais, econômicos, raciais e religiosos.

A escola deve dar:

1º À Igreja:

- homens autenticamente marcados pelo cristianismo;
- muitos militantes cristãos de intensa vida apostólica;
- líderes de primeiro plano e de projeção apostólica;
- vocações sacerdotais e religiosas.

2º À Pátria:

- cidadãos conscientes e responsáveis;
- lares cristãos;
- homens competentes e cultos.

### 3. MEIOS PARA REALIZAR OS PRINCÍPIOS E ATINGIR AS METAS

**3.1. Formação intelectual** que exclua toda a mediocridade, que leve a sínteses, o que supõe:

- professores capacitados e atualizados;
- material didático também atualizado;
- aulas eficientes quanto ao conteúdo e à técnica;

- experiências de estudos dirigidos, classes experimentais, atividades extraclasse;
- valorização dos meios informais da educação (rádio, TV, cinema, leitura etc.).

Do ponto de vista intelectual, a escola católica deve ser um modelo e dar um testemunho de profundidade, seriedade e honestidade, sob todos os aspectos e em todos os níveis: primário, médio e superior.

**3.2. Formação religiosa.** A formação dada pela escola católica deve fundamentar-se em uma cultura religiosa que acompanhe o desenvolvimento intelectual e a cultura profana que vão adquirindo. Uma educação humana deve ser profundamente religiosa. A formação religiosa deve penetrar e informar toda a educação.

Não se pode separar, na educação religiosa, a catequese — que é a transmissão direta da doutrina — de um espírito religioso, penetrando e informando toda a educação. Os dois aspectos se completam. É preciso que todas as oportunidades sejam aproveitadas para uma vivência do Cristianismo, sobretudo na Caridade e na Justiça.

As aulas de religião devem ser vivas e ilustradas, usando-se as técnicas modernas da pedagogia. O conteúdo pode e deve ser de doutrina, aplicando-a a assuntos práticos da vida de todo o dia, que estejam ligados à vida do educando, à situação nacional e in-



ternacional. O professor de religião deve ter, também, um bom conhecimento de psicologia e da doutrina social da Igreja.

É preciso, ainda, não esquecer a necessidade da conjunção de forças: escola, família e paróquia. É indispensável que a paróquia exerça a sua atividade ao lado da escola, atendendo às exigências do educando, assim como é imprescindível que a família acompanhe muito de perto a educação de seus filhos. A escola, por sua vez, deve procurar se entrosar e colaborar com a paróquia, principalmente na catequese, no apostolado e no culto (explicação e dialogação da Santa Missa, por exemplo).

**3.3. Formação da vontade e dos sentimentos.** Os educadores devem sempre e em todas as oportunidades ajudar os alunos a formar a vontade e educar os sentimentos. Para isto é essencial que os estabelecimentos apresentem não apenas um ambiente sadio, mas que haja realmente compreensão para com os educandos. Sem amor, sem compreensão, é quase impossível ajudar qualquer pessoa, muito menos uma criança, um adolescente.

Atendendo às exigências de uma educação integral, chamamos a atenção também para a importância e a necessidade urgente de uma educação sexual positiva.

**3.4. Formação cívica e social.** A formação total do homem exige uma educação adaptada “às condições sociais novas”. O Papa João XXIII, na *Mater et Magistra*, chama a atenção para que se dê aos jovens não apenas instrução, mas que eles recebam educação social. Lembra ainda que uma educação para uma ação cristã dificilmente terá eficácia se os que vão ser educados não tomarem parte ativa em sua própria educação e se a educação não se realizar por meio da ação. Isto é um incentivo a toda a ação da JEC, escotismo, bandeirantismo e outros movimentos estudantis.

**3.5. Corpo docente e corpo administrativo.** Toda e qualquer pessoa relacionada com o educandário exerce influência decisiva sobre o seu ambiente. Transmite-se uma concepção de vida não somente com palavras, mas principalmente com o testemunho individual e coletivo.

#### **Corpo docente:**

**a) Padres e religiosos.** Deles a Igreja espera:

- contínuo aperfeiçoamento das virtudes e conseqüente enriquecimento da própria personalidade;
- testemunho do exemplo individual e comunitário;
- aperfeiçoamento constante da técnica: que os religiosos estejam à altura dos demais educadores que exercem funções congêneres;

- que estejam em dia com os grandes acontecimentos do mundo;
- mentalidade de colaboração e abertura, superando todo complexo de fechamento sobre si, sobre o próprio trabalho e sobre a Congregação. Abertura não apenas para as demais Congregações, para o Clero e para os problemas da Igreja, mas também para os professores leigos, permitindo-lhes e solicitando colaboração. Colocar suas Casas ou escolas à disposição dos movimentos da Igreja;
- particularmente em relação ao ensino de religião, um constante aprofundamento da doutrina, procurando atender e atingir os seus alunos, a partir do que eles realmente são, e uma constante atualização de métodos pedagógicos. É importante, também, que procurem atender ao ensino de religião nas escolas públicas e particulares leigas e também preparar alunos para o mesmo mister.

É sumamente importante que aqueles que se dedicam ao magistério, exerçam-no por verdadeira vocação. Do contrário, podem tornar-se pessoalmente frustrados, além de nunca conseguirem realmente educar. Este ponto deve ser estudado com muita atenção pelos provinciais e Superiores Gerais.

**b) Professores leigos católicos.** Quanto a estes, é necessário que:

- estejam presentes tanto nas escolas católicas

como na escola pública ou na escola particular leiga;

- procurem estar sempre atualizados, estudando e propondo reformas de cursos, valorizando e introduzindo, na medida do possível, novas experiências;
- não apenas façam parte de associações de classes, como sindicatos de professores, mas que exerçam, de fato, uma militância cristã nesses organismos.

Em um país em que o número de sacerdotes é extremamente restrito para a tarefa de evangelização, não seria URGENTE liberar-se sacerdotes e mesmo religiosos de tarefas que os leigos católicos poderão cumprir tão bem ou melhor, como o ensino de Português, Matemática, História, Geografia... e mesmo a administração e direção de colégios, deixando ao Clero a tarefa propriamente de evangelização?

**Corpo administrativo.** São os encarregados da secretaria, portaria, enfermaria, dos diversos serviços externos da casa, os inspetores de alunos, que estão em contato com os educandos e podem dar contribuição valiosa para a formação e educação destes.

Esses elementos devem ser cuidadosamente selecionados, preparados. Devem participar das reuniões gerais, nas quais se discute e se planeja o que se vai

fazer no educandário, de modo que se sintam também responsáveis na ação educativa.

#### 4. SUGESTÕES PARA O TRABALHO

Todas as nossas atitudes são resultado de nossas idéias. O primeiro passo é, pois, divulgar as idéias de renovação e apresentá-las de tal modo que cheguem a penetrar as mentalidades e daí venham a formar atitudes que, continuadas, levem a hábitos.

Por isso, o trabalho de renovação de um educandário deve começar com uma mudança de idéias fundamentais. Quando o ambiente tiver sido fermentado por essas idéias básicas — que podem ser propostas por meio de um Curso do Mundo Melhor que atinja de um lado o Pároco, o Capelão, a direção e o corpo docente do educandário e, do outro, os estudantes líderes — processar-se-á, então, a organização interna de quadros fundamentais de trabalho, por meio de:

**4.1. Reuniões de professores**, que podem ser gerais ou por cursos.

**a) Reuniões gerais**, contando com a presença de toda a direção, dos professores, dos orientadores educacionais, do corpo administrativo e de um representante dos alunos (em geral, o presidente do Grêmio). Nessas reuniões, discutem-se e estudam-se assuntos de ordem geral, tais como: calendário escolar, reformas de cur-

riculos, funcionamento de certos serviços internos etc.

**b) Reuniões por cursos**, com a presença dos professores do curso, dos orientadores educacionais das turmas e com a participação da direção. Nessas reuniões devem ser estudadas as reformas de currículos, os programas do curso, as experiências relacionadas em outros lugares, assim como planejar e renovar o entrosamento das cadeiras, as práticas educacionais e atividades extraclasse. Essas reuniões são importantes não só para que todos os professores do curso acompanhem o conjunto do trabalho educacional, mas também para verificar se as atividades estão sendo uma verdadeira resposta às exigências e necessidades dos educandos.

**4.2. A criação urgente, bem como o funcionamento imediato**; desde que haja pessoal capacitado, do Serviço de Orientação Educacional (SOE). Nos educandários religiosos, o SOE não deve ser formado apenas por religiosos.

**4.3. Reuniões ou círculos de pais e professores.** É importante que sejam realizadas por cursos, ou por série, para um maior rendimento.

Essas reuniões devem ser dirigidas pelo orientador educacional responsável pelo curso ou pela turma. Os assuntos a serem discutidos devem ser sugeridos pelos senhores pais, professores ou até pelos próprios alunos.

**4.4. *Movimentos estudantis de natureza apostólica*** como a JEC (masculina e feminina), bandeirantismo, escotismo etc. Esses movimentos são de grande importância para se conseguir um verdadeiro engajamento dos educandos no seu meio, levando-os a uma abertura para os problemas religiosos e sociais.

De grande importância, também, são as atividades organizadas e dirigidas pelos próprios alunos, como, por exemplo, o Conselho de alunos, o Grêmio estudantil — que é o órgão que coordena as atividades discentes e representa os alunos na direção.

Lembramos ainda outros serviços ou campanhas que podem funcionar dentro de um departamento do Grêmio ou independente deste. São, por exemplo, os serviços de cinema, teatro, jornal mural e outras atividades eventuais, como a festa do calouro, a semana do estudante, dia do professor, dia das mães, festa de formatura etc. Por meio desses trabalhos pode-se criar um profundo entrosamento entre os educadores e os alunos do educandário, assim como dos alunos entre si, e uma preocupação progressiva de viver praticamente as virtudes. Chegar-se-á a formar equipes de líderes entre os alunos, que entre si já constituem muitas vezes grupos naturais.

## 5. IDÉIAS E SUGESTÕES A TER EM MENTE

- A Escola Católica deve situar-se num plano de serviço sem fins lucrativos. Marchar para a transformação de nossos Colégios em Fundações.
- Indispensável levar os Colégios Católicos a participar mais intensamente da vida paroquial, quanto ao apostolado e ao culto litúrgico.
- Reformar a Campanha Missionária: imprimindo à parte financeira um aspecto educativo; acentuando a visão da Igreja; unindo-a à Campanha das Vocações.
- Sempre que possível, preferir o semi-internato ao internato, para salvaguarda do contato com a família.
- Estimular e orientar as organizações de ex-alunos.
- Revigorar e orientar as Associações de Professores e as de Pais e Mestres.
- Estender à escola pública o espírito de renovação dos educandários.
- Conciliar a devoção à própria Regra e a fidelidade ao espírito da própria vocação com o espírito de abertura para com as demais Ordens e Congregações Religiosas.



- No caso de Religiosas, contrabalançar a necessidade de atualização missionária e de orientação de educandas em grande parte destinadas ao matrimônio pelo estudo e meditação da *Sacra Virginitas* e da alocução do Papa João XXIII às Religiosas, no Sínodo Romano.

## CONCLUSÃO

A Igreja confia, então, nos seus educandários; na abertura e espírito missionário dos dirigentes e dos alunos, para que todos, unidos nesta transformação de mentalidades, nesta coordenação de esforços e hierarquização de metas, enfrentem o momento histórico que vivemos, dando alma e face cristãs a este mundo que precisa ser batizado, que deve ser de Cristo.

## **2.4. Introdução a uma Pastoral de Conjunto**

A Pastoral de Conjunto é o esforço global e planejado visando à evangelização de áreas na Igreja de Deus.

### 1. JUSTIFICATIVAS

#### ***1.1. Pastores autênticos e atualizados***

O Evangelho é um só. Os homens que recebem sua mensagem eterna passam no Tempo, mudam conforme as civilizações, mas continuam destinados ao

Eterno, cuja palavra deve vencer as crostas eventuais e atingir o âmago, criado à imagem e semelhança de Deus.

Compete aos homens responsáveis pelo conjunto dos atos que condicionam a evangelização, denominada Pastoral, examinarem o Tempo e suas caracterizações para utilizar os meios aptos a atingir nossos irmãos de hoje. Nós, pastores autênticos, cumprimos nossa missão não apenas falando aos eventos mas utilizando uma linguagem que sirva realmente aos nossos intuitos — a vivência sobrenatural do nosso rebanho. Ser pastor autêntico é ser pastor adequado às exigências de sua época e de seu meio.

### *1.2. Época de visão global*

A História não se repete. No essencial é uma continuação de fatos, de problemas e de soluções assemelhados sob alguns ângulos.

Nessa tessitura que atravessa os séculos, os homens dão o colorido mais diverso. Vivemos uma época de visão global, motivada pelo desenvolvimento das comunicações e, como consequência, as soluções só têm eficácia mais garantida quando engajadas em um planejamento. Ai está o alicerce humano da Pastoral de conjunto. Examinemo-la, com alguns detalhes.

**a) Sob o signo da comunidade.** Vivemos a época do comunitário. Como reação ao individualismo

surgiu o social e, como não é de admirar, resvalou até os extremos da coletivização estatal.

Os organismos internacionais mais diversos, embora nem sempre funcionem com eficiência, são um clamor pela ação em conjunto como garantia do todo. E a Igreja, atual como o Evangelho, que sabe usar a roupagem e a linguagem adequadas à sua missão no tempo, dá a essas entidades o prestígio de sua posição eterna.

Os organismos internacionais católicos que surgem sob a inspiração da Santa Sé e com o objetivo de coordenar e estimular atividades em plano supranacional indicam caminhos para áreas menos extensas.

**b) O isolamento se torna, hoje, ridículo e perigoso.** A época do jato e, agora, da astronáutica anula as distâncias e aproxima os homens entre si. O isolamento começa a parecer ridículo como certos trajes de épocas distantes.

Os problemas, quando atingem certa envergadura, dificilmente deixam de afetar um raio bastante longo. Assim também, as soluções isoladas são frágeis, na atual estrutura. Devemos marchar para medidas comuns aos nossos problemas.

**c) Impõe-se o planejamento de conjunto.** Nasce daí a planificação de atividades. Como uma atividade, hoje em dia, dificilmente interessa exclusivamente a este indivíduo, a esta paróquia ou diocese, nasce daí

a necessidade da união de vistas, o esforço em comum. Esse esforço é de muitos; exige uma planificação dos trabalhos, com a necessária avaliação de resultados, revisão periódica dos objetivos, especificação de meios a serem utilizados em função dos objetivos, calendário a ser observado na execução do plano.

Quando os povos, as instituições, os organismos humanos, vivendo também o drama de nossos dias, procuram, nos planejamentos, um meio de sobrevivência em nossa época, não podemos deixar de apelar para a Pastoral de Conjunto, sempre pressupondo a graça de Deus, inclusive para iluminar os Pastores na adoção de meios humanos e, descobertos pela inteligência humana, reflexo da Inteligência Encarnada.

### ***1.3. Raiz teológica da Pastoral de Conjunto***

Podemos apelar para razões de ordem teológica.

A doutrina do Corpo Místico, marca notável na paisagem religiosa de nossos dias, faz viver intensamente o social. Os problemas e as soluções são de todos os membros desse Corpo. Todos são, em grau diverso embora, co-responsáveis e, portanto, devem ser convocados e ocupar um posto determinado em razão das necessidades globais. A doutrina motiva a mobilização de todas as forças em busca de soluções vitais à problemática atual. E aí está a Pastoral de conjunto.

## 2. CAMPOS DE ATIVIDADE

A Pastoral de Conjunto estrutura-se em plano geral para fazer surgir os trabalhos locais. Organiza-os e dá-lhes vitalidade, como condição essencial ao realismo dos trabalhos na esfera mais alta.

Um planeamento flexível, corajoso, realista, com subseqüentes e constantes avaliação de resultados e revisão de metas, garante o funcionamento da Pastoral de Conjunto. Assim, no planeamento de uma região, devem colaborar elementos dessa área e o resultado dos esforços deve ser adaptado a cada Província ou Diocese. Esta fará as linhas gerais tomarem a coloração paroquial. Assim, na base da pirâmide encontramos a célula Paróquia, para descobrirmos, no topo, a região ou País.

## 3. ELEMENTOS A MOBILIZAR

Para estruturar-se e funcionar, a Pastoral de Conjunto exige:

**3.1. *Espírito de equipe entre Bispos, sacerdotes, religiosos e leigos.*** Estamos em luta aberta e todos se irmanam nas trincheiras. O princípio de autoridade que, antigamente, exigia a distancia e a torre de marfim funciona hoje realmente no debate franco dos problemas comuns. Sem esse espírito, haverá imposição e a Pastoral

de Conjunto é, em parte, resultado de anseios, estudos e trabalhos dos que integram a frente de combate. Há diálogos que não destróem o princípio de autoridade e hierarquia; como há diálogos que trazem um nivelamento prejudicial à Igreja. Conservemos aqueles; evitemos os últimos.

### ***3.2. Pessoal integrante***

Pessoal que integra a Pastoral de Conjunto:

a) na estruturação: os padres, as religiosas, os líderes do laicato;

b) na supervisão: uma equipe de sacerdotes, religiosas e leigos, sob a presidência do Bispo, supervisiona o desenvolvimento do plano, em caráter permanente.

### ***3.3. Técnica***

- observação dos problemas e hierarquização de metas que sirvam de base a estudos posteriores pelo grupo responsável pela elaboração da Pastoral de Conjunto;
- convocação de todas as forças vivas e vivificadas em um esforço total pela conservação ou recuperação de áreas para Cristo;
- os Cursos de M.M.M. para os que irão elaborar as linhas mestras da Pastoral de conjunto e, posteriormente, para os que irão executá-lo. O clima do M.M.M. é utilíssimo à visão global e ao esforço planejado. É a chama

espiritual, cerne e alma de toda Pastoral autêntica;

- reunião e debate, dentro de clima espiritual, por elementos de absoluta confiança da Igreja, visando à escolha dos objetivos gerais e objetivos específicos; sugestão de metas a serem atingidas; recursos a serem utilizados; calendário de atividades, inicialmente, em plano anual, e, posteriormente, com a experiência, em um planejamento trienal, quinquenal;
- determinação da época para avaliação de resultados e revisão quer parcial, quer total dos objetivos.

### ***3.4. Execução***

Os dirigentes das paróquias, colégios e instituições católicas executam o Planejamento. É a utilização de todas as forças vivas. Renovação, centro de um esforço global.

Interligar as atividades, fazendo, que, embora aparentemente díspares, se exerçam de maneira orgânica, dentro do Corpo Místico. Quem pensar, por exemplo, somente em planos de sindicalização rural, educação de base pelo rádio, catequese, mas conservando-os isolados ou alheios à realidade material e espiritual em que vivemos, certamente fará trabalhos que poderão obter determinado efeito, mas dificilmente atingirão o conjunto. E, sem este, aqueles resultados não firmarão a Igreja de Deus em nossa situação de hoje.

Ter diante dos olhos: nenhuma obra, pessoa ou movimento à margem dessa Pastoral. Nenhum trabalho isolado, mas respeitando-se as características próprias, fazer viver o clima do bem comum e da hierarquização de objetivos.

Cada um de nós, Pastores da Igreja, anotará aqui, conforme a realidade diocesana e regional —, extensa lista de instrumentos de ação dessa Pastoral. Os três cursos do Mundo Melhor — para Bispos, Sacerdotes, Religiosas e leigos —, já realizados no Nordeste, dão uma amostra dessa parte da Pastoral de Conjunto: elementos a serem utilizados.

Cabe aqui uma referência favorável aos entendimentos com a Conferência dos Religiosos do Brasil, para uma maior união de forças.

## CONCLUSÃO

Dentro da confusão reinante em nossos dias, o apelo enérgico e paternal do Santo Padre para um Plano de Emergência nos deve levar a uma mobilização total de forças. Uma Pastoral de Conjunto, dentro do exposto anteriormente, fará somar forças, evitar desperdícios e entrechoques. Sob o comando do Bispo Diocesano e com a união de vistas da Hierarquia podemos andar muito e rapidamente. Para isso precisamos de um caminho e um caminho viável e certo. É o que esperamos de Deus com uma Pastoral de Conjunto.



### 3

## **O PLANO DE EMERGÊNCIA: PARTE ECONÔMICO-SOCIAL**

No plano econômico-social, a Assembléia da CNBB examinou especialmente o que se vem fazendo por meio do Movimento de Educação de Base (MEB) das Frentes Agrárias e do trabalho de Sindicalização Rural, da Formação de Líderes e da Aliança Eleitoral pela Família.

A Assembléia aprovou e recomendou o que se vem fazendo nestes diversos campos, mas não emitiu nenhum documento especial.

Dentro da preocupação de dar diretrizes seguras para os cristãos no campo econômico-social, a Comissão Central, após a sua reunião de julho último, fez publicar dois importantes pronunciamentos, que vão assim se reunir ao que fora antes estabelecido na Assembléia Ordinária: Declaração e Mensagem da Comissão Central da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

### ***3.1. Declaração da Comissão Central da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil***

Continuadores de Nosso Senhor Jesus Cristo ocorrem-nos, a cada instante, uma palavra do Mestre, ao ver os

sofrimentos crescentes das multidões: *Misereor super turbam*. “Tenho compaixão deste povo” (cf. Mt 15,32). Longe de nós querer insuflar as massas. Não podemos é adiar um apelo a quantos se sintam, em consciência, responsáveis pela aflição do povo, de modo especial pela fome que decorre da impossibilidade de adquirir os gêneros de primeira necessidade. Há uma ganância que cega. Há um desejo imoderado de lucro, que, perante a moral cristã, continua a merecer o nome de furto. Há uma voracidade que só faz agravar a inflação, a pretexto da qual se instala e sob a qual se esconde.

Que os órgãos supremos das Classes Produtoras — Industrial, Comercial e Rural — tomem a iniciativa de tentar coibir, dentro dos próprios quadros, abusos que importam em atitude suicida, condenada e combatida por uma minoria lúcida de industriais, comerciantes e proprietários rurais.

Claro que temos presente a responsabilidade do Governo, de quem devem sempre mais perto partir exemplos de honestidade, austeridade e interesse prioritário pelas necessidades do povo.

E é evidente que denunciemos os exploradores da miséria, especialmente os comunistas, que só têm a lucrar com o desespero, a desordem e o caos.

Às autoridades incumbe deter a agitação vermelha hábil para infiltrar-se, por meio de Sindicatos, na direção das greves de protesto que, imprudentemente, estão sendo estimuladas nesta hora explosiva.

Daí saudarmos, com alegria, as Reformas de base que passaram a ser anseio de todos os responsáveis — Poderes da República, Partidos Políticos, Classes Dirigentes. Em breve sugeriremos, a propósito de Reformas tidas, com razão, como inadiáveis — Reforma Agrária, Reforma Tributária, Reforma Bancária, Reforma Universitária, Reforma Eleitoral, Reforma Administrativa —, não indicações técnicas que nos escapam, mas diretrizes doutrinárias, aplicadas a nosso tempo e a nosso meio.

Desde já lembramos aos eleitores que se houver atribuição de poderes constitucionais ao próximo Congresso, aumentará muito a responsabilidade do pleito de 7 de outubro, pois nele teríamos então de eleger homens incumbidos de conduzir, com espírito público, segurança e equilíbrio, as Reformas reclamadas pela consciência nacional.

Que Deus a todos nós inspire e ajude a cada um de nós, na medida da influência que carrega, a contribuir efetivamente, para o bem-estar material e espiritual do povo brasileiro.

Rio de Janeiro, 14 de julho de 1962

† *Jaime*, Cardeal Câmara  
Arcebispo do Rio de Janeiro e Presidente da CNBB

† *Carlos*, Cardeal Motta  
Arcebispo de São Paulo

† *Augusto*, Cardeal Silva  
Arcebispo de Salvador e Primaz do Brasil  
† *José*, Arcebispo de São Luiz do Maranhão  
† *Fernando*, Arcebispo de Goiânia  
† *Mário*, Arcebispo de João Pessoa  
† *Vicente*, Arcebispo de Porto Alegre

### ***3.2. Mensagem da Comissão Central da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil***

A Comissão Central da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, reunida nos dias 13 e 14 do corrente mês de julho, procurando interpretar o pensamento do Episcopado, em face da presente situação do Brasil, julgou de seu dever levar à Nação uma palavra de esclarecimento e um apelo.

#### **I**

1. Ninguém desconhece o clamor das massas que, martirizadas pelo espectro da fome, vão chegando, aqui e acolá, às raias do desespero. Já não era menor nem menos grave o grau de pauperismo entre as camadas mais humildes da população. Mas os homens, conformados, por assim dizer, com a miséria, apresentavam-se impassíveis. Agora, seja pelo agravamento das sucessivas crises econômicas, políticas e sociais, que têm abalado o País, seja pela facilidade

das comunicações e da divulgação das idéias e dos acontecimentos, seja pela crescente organização das classes, o povo das cidades e dos campos começa não apenas a tomar conhecimento das verdadeiras causas desses males, como, sobretudo, a compreender que, sem participação na vida das instituições e da própria sociedade, jamais será libertado do estado de ignomínia em que se encontra.

2. A Igreja, ontem como hoje, nunca deixou de pregar a doutrina do Evangelho e, de acordo com as circunstâncias e o vigor mais ou menos veemente dos seus ministros, de clamar por uma ordem social baseada nos princípios da verdade revelada e das normas da justiça e da equidade.

Em nenhuma época de nossa história, em nenhum lugar onde se ergueu uma catedral ou uma simples ermida, deixou de ecoar a palavra *misereor super turbam*.<sup>1</sup> E o milagre da multiplicação sempre se operou, deste ou daquele modo. Bastaria lembrar as múltiplas iniciativas de caráter particular ou público, com ou sem a participação oficial, contando ou não com a colaboração dos responsáveis pela distribuição das riquezas.

3. Nestes últimos anos, a situação do País tem se agravado, tornando-se generalizada e como que

---

<sup>1</sup> “Tenho compaixão deste povo” (Mt 15, 32).

sistemática a irresponsabilidade, a ganância, a frouxidão moral dos que procuram desfibrar o caráter das pessoas e a estabilidade sagrada das famílias. Esses três pontos de desagregação das forças vitais da Nação têm sua origem remota na fragilidade humana, mas, ultimamente, são objeto de planejamento cuidadoso de ideologias anticristãs e anti-humanas, como meio eficaz e quase irresistível de derribar as barreiras do bom senso, da honestidade, da moralidade particular e pública, e abrir, desse modo, o caminho da vitória do materialismo nas suas diferentes formas.

4. O comunismo ateu explora ativamente a situação, enquanto o capitalismo liberal não menos ateu, beneficia-se da agitação comunista. Jamais houve, neste País, nem maior nem mais criminoso domínio das forças econômicas, desviadas de seus altos objetivos de prever às necessidades do bem comum pela justa e equânime distribuição das riquezas. O rolo compressor de certos grupos insaciáveis, pela dinâmica do lucro exorbitante, pelo suborno da área da política e, sobretudo, pela ganância incontrolável e ilimitada, tem causado o agravamento da situação política, econômica e social do País. Não nos referimos, evidentemente, às pequenas e médias empresas, nem à classe média sempre mais sacrificada e rarefeita. Referimo-nos aos que, a pretexto de combaterem o comunismo, com medo de perderem seus privilégios, alimentam, pa-

radoxalmente, a propaganda das idéias subversivas e esgotam a paciência dos pobres.

5. A Igreja, tanto pela voz de seus Bispos e Sacerdotes, como pela ação organizada do Laicato Católico, tem divulgado a sã doutrina e empreendido iniciativas de grande alcance. Pena é que a falta de visão de uns e a sistemática oposição de outros pretendam ignorar, confundir e menosprezar tais iniciativas, ou, quem sabe, jungi-las ao carro da demagogia ou aos interesses da política e das forças econômicas.

Essas posições, entretanto, não afastarão a Igreja de seus objetivos claros e definidos. Ela saberá seguir o seu caminho, sem se desviar nem para o duro e esmagador ateísmo do comunismo, nem para o maleável e frouxo ateísmo de um sistema capitalista não menos condenável. A Igreja tem uma concepção definida e definitiva do homem e da vida.

Sua doutrina, no campo social, está viva e claramente expressa nos documentos pontifícios sempre mais e mais bem conhecida e praticada por quantos desejam ser fiéis ao Evangelho e procuram o verdadeiro equilíbrio social.

## II

I. Nestas circunstâncias, apelamos, em primeiro lugar, para as possibilidades da própria Igreja, em nossa Pátria. Bispos, Sacerdotes e Leigos, estejamos

unidos e disciplinados na mesma fé e na mesma ação. Demos uma demonstração pública e eficaz da nossa vontade e do que somos capazes de realizar. Não nos queremos perder em lamentações estéreis, nem deixar conduzir pelas emoções passageiras das crises que se sucedem, por ventura premeditadas e calculadas, com a finalidade de nos desviar de objetivos essenciais. Entreguemo-nos à execução do Plano de Emergência, cuidadosa e oportunamente elaborado e já agora em fase de execução por intermédio dos Secretariados Regionais da CNBB.

2. Fazemos um veemente apelo a todos os Poderes da República, sem distinção, no sentido de corresponderem às esperanças do Povo, que deseja e reclama um Governo firme, bem orientado e organicamente estabelecido, coordenado nos seus diferentes setores e harmônico nos seus múltiplos órgãos, de maneira a inspirar o respeito e a confiança que precedem do Direito da Lei e da Autoridade. Só então poderemos promover as chamadas reformas de base, reclamadas por todos e de urgência inadiável. Entretanto, de nada valeriam os melhores códigos ou as leis mais justas, sem um clima de honestidade e de segurança por parte de governantes e governados.

3. Às forças produtoras do País, mais que um apelo, dirigimos serena advertência, no sentido de compreenderem a gravidade da situação e buscarem



os verdadeiros fins do Capital e do Trabalho, que não podem servir apenas aos interesses de grupos privilegiados, mas ao bem de toda a comunidade, no desenvolvimento progressivo e equânime do País, ao bem-estar das diferentes camadas sociais. É preciso pôr cobro, nesta Pátria tão rica e tão boa, ao quadro deprimente das filas para a aquisição de gêneros de primeira necessidade, quando todos sabemos que não falta feijão, nem açúcar, nem arroz (mas, espírito público e limite à sede insaciável de lucros desonestos).

4. Às Famílias, aos Estudantes e aos Operários das cidades e dos campos, nosso apelo é repassado da maior confiança e dentro de um espírito de compreensão e solidariedade. Fazêmo-lo sob dois aspectos: primeiro, para que ninguém se deixe iludir ou influenciar pela calculada agitação dos que nada querem além do agravamento indefinido dos males que nos afligem. Segundo, no sentido de união das forças vivas do país, numa ação vigilante e enérgica pela restauração dos pontos fundamentais que asseguram a estabilidade da ordem social, isto é, respeito às pessoas e instituições, moralidade nos costumes, senso de responsabilidade. Mais do que nunca vale o princípio que já um dia nos deu vitória: é preciso que cada um cumpra o seu dever, no lugar e dentro da missão que lhe compete.

5. Aos órgãos de divulgação, à imprensa falada e escrita, o nosso insistente convite para que ajudem

o Brasil a reencontrar-se, por meio de uma campanha inteligente, nobre e eficiente, acima de diferenças de grupos ou de ideologias, sem compromissos que possam dificultar a pregação da verdade e o estímulo aos que estão dispostos a tudo sacrificar pela paz e prosperidade de uma Pátria livre e autenticamente cristã.

Pedimos aos Exmos. Ordinários, permitam que todos os seus Sacerdotes leiam, quanto antes, aos fiéis, a presente Mensagem, à estação da Missa dominical.

Rio de Janeiro, 14 de julho de 1962

† *Jaime*, Cardeal Câmara  
Arcebispo do Rio de Janeiro e Presidente da CNBB

† *Carlos*, Cardeal Motta  
Arcebispo de São Paulo

† *Augusto*, Cardeal Silva  
Arcebispo de Salvador e Primaz do Brasil

† *José*, Arcebispo de São Luiz do Maranhão

† *Fernando*, Arcebispo de Goiânia

† *Mário*, Arcebispo de João Pessoa

† *Vicente*, Arcebispo de Porto Alegre

## 4 ANEXOS

### ***4.1. Projetos e realizações da Pastoral de Conjunto***

*No Plano de Emergência — aprovado pela V Assembléia Ordinária da CNBB e para cuja concretização instituímos 7 Secretariados Regionais, em torno do Secretariado Geral — figura a preocupação com a Pastoral de Conjunto.*

*Um mestre no assunto, o Cônego Fernando Boulard, no congresso Internacional de Teologia pastoral (Friburgo, Suíça, 10-10-1961), deu conta dos “projetos e realizações” neste campo.*

O que mais tarde se chamaria “Pastoral de Conjunto” começou a delinear-se desde o momento em que se tomou consciência de que a descristianização não era apenas individual (das ovelhas perdidas), mas coletiva (influências gerais danificavam o rebanho que se mantinha fiel).

#### **PRIMEIRA ETAPA**

#### **DESCOBERTA DA RUPTURA ENTRE O MUNDO E A IGREJA**

O alarme partiu do lado dos leigos, expresso por um padre, Mons. Cardijn, a partir do drama religioso

coletivo da classe operária. A indiferença, tanto na prática religiosa, quanto na mentalidade cristã, tornou-se quase automática nos jovens que passavam a trabalhar nas fábricas. Avivou-se nele, então, a evidência de que não se tratava mais de defecções individuais; mas que estava em jogo uma realidade muito mais grave, uma “distância psicológica” coletiva que tomava vulto entre classe operária, como tal, e a Igreja.

A partir desse momento, não bastava mais formar cristãmente os indivíduos; era necessário voltar atrás, “converter” por dentro e de dentro a classe operária e fazê-lo pelos que providencialmente se encontrassem engajados nesta realidade coletiva: os operários. Nascia a JOC e, depois dela, toda uma linha original de apostolado leigo e da Ação Católica.

Cedo se percebeu que a “distância” entre o mundo e a Igreja não era apenas uma realidade da classe operária e que seu sinal sensível não era, em toda parte e sempre, um abandono dos deveres religiosos. O mal era mais sutil, e eis por que as religiões mais praticantes levaram tempo em descobri-lo. O principal risco era o que chamamos o “duplo setor” da vida. Age-se como cristão fiel, aos domingos, na igreja paroquial. Age-se como materialista inconsciente ou mesmo conscientemente, a semana inteira, no que se chama simplesmente “a vida” (e já essa restrição de sentido dada à palavra “vida” é reveladora). E que o critério

da moralidade não é mais um absoluto. É “o que todo mundo faz”. Justamente neste ponto, aparece um dos aspectos coletivos da descristianização; e o dever correlativo de um esforço específico para colocar o Evangelho todo na vida inteira.

Logo os pastores, por sua vez, se inquietaram; o ministério mais consciencioso, mais abnegado que exerciam, nessas condições, carecia de influência real. Atingia os atos de culto, porém não mais a vida.

“Do ponto de vista humano, no nível do trabalho sacerdotal cotidiano, dizia há já uns quinze anos, S. Exa. Mons. Garrone, arcebispo de Toulouse: pode caracterizar-se a situação da seguinte forma: cada vez mais a vida — no sentido mais amplo do termo: representações, senso moral, hábitos etc. — e a religião se separam uma da outra... Parece que se trata menos de uma vontade dos homens, do que de um movimento propriamente dos fatos... Pode ocasionar, na alma do padre, um surdo sentimento de impotência radical, até mesmo uma vaga tentação de desencorajamento...”<sup>2</sup>

Essa verificação não é, apenas, verdadeira para a França, por demais trabalhada por oitenta anos de laicismo. Do Canadá francês e da muito praticante província de Québec nos vem o mesmo eco:

---

<sup>2</sup> Semana católica de Toulouse, 7 de setembro de 1947.

“A Igreja pode estar canonicamente presente sem o estar psicológica e sociologicamente. Assim, descobrimos que certas paróquias da diocese, nas suas próprias instituições, se achavam ausentes de boa parte da população: as associações paroquiais não agrupavam senão antigos moradores da localidade, enquanto as organizações sociais recrutavam quase totalmente os novos moradores. Ao passo que as primeiras se reuniam no subsolo da igreja, as outras haviam conseguido uma casa onde conviviam.

A região de turismo põe em evidência um mundo que se constrói à margem da Igreja. Presentemente, esta zona esbarra com a dificuldade de integrar a nova categoria de população, constituída pelos veranistas. Poder-se-iam multiplicar os exemplos”.<sup>3</sup>

O Pe. Matte acrescenta:

“A recuperação dos negligentes pode sempre ser feita por uma pastoral comum, bem adaptada. É assim que vemos certos párocos levantarem espiritualmente uma paróquia, pregando quase que exclusivamente sobre a comunhão ou “se devotando mais ao serviço paroquial”.<sup>4</sup>

---

<sup>3</sup> Padre Maurice Matte, *Essai d'une pastorale d'ensemble*, p. 8.

<sup>4</sup> *Ibid*, p. 16.

<sup>5</sup> *Pastorale, oeuvre commune*, Congresso nacional Versalhes, 1956, p. 24.

Acrescento que se pode mesmo obter progressos qualitativos evidentes. Na França, trinta anos de Ação Católica e de renovação bíblica, litúrgica, catequética, missionária, deram seus frutos: participação ativa na liturgia, grupos de espiritualidade conjugal, catecumenato de adultos quase que só entregue aos leigos, muitas vezes a casais, engajamento cristão (com a finalidade de vivência evangélica) na vida temporal etc. servem já como testemunho.

E apesar de tudo, verificava eu, recentemente:

“O cristianismo progride nas nossas igrejas; recua na vida social”.<sup>5</sup>

O que significa que o imenso capital de ação cristã que representa o ministério pastoral habitual permanece sem influência visível sobre um mundo que escapa, cada vez mais, do Evangelho. Que se pense, no entanto, no considerável poder de difusão da mensagem cristã que, sobretudo nos países da Europa ou da América do Norte com o número de seus padres, representa as pregações, os catecismos, confissões, visitas às famílias, grupos de apostolado e de piedade... sem deixar no esquecimento o grande esforço multi-forme das congregações religiosas.

As investigações de sociologia religiosa (mesmo acantonadas no domínio limitado da sociografia) vie-

---

<sup>6</sup> Eis por que essa investigação simples de tipo sociológico é sistematicamente usada. Verificou-se ser ela um meio eficaz para uma visão pastoral mais

ram, fortuitamente, acentuar essa calorosa tomada de consciência, expondo à fria luz para além das ignorâncias que inconscientemente orientavam as esperanças pastorais sempre frustradas — o peso inegável dos condicionamentos coletivos.

Não eram as paróquias que eram boas ou más, mas **regiões inteiras** de dez a vinte dioceses contíguas: os mapas religiosos, feitos com precisão crescente, impedem, doravante, qualquer ilusão.

Eram meios sociais precisos (não apenas indivíduos) e grupos significativos de idade que eram coletivamente atingidos.

E as investigações históricas (baseadas, sobretudo, nos relatórios das visitas pastorais dos séculos passados) nos revelavam inquietantes continuidades coletivas no procedimento religioso (prática religiosa, sobretudo mentalidade) de regiões ou de meios sociais; e essas continuidades tenazes tornavam ilusória a esperança de uma conversão durável pela ação de um pastor isolado e de caráter transitório.

exata. Ora, é necessário este despertar preliminar, se não se deseja que caduquem as melhores reformas pastorais. Note-se que se esta investigação sociológica é usada em sua forma elementar sociográfica, não significa que investigações mais adiantadas não sejam desejadas pela pastoral — o Pe. Houtart no-lo dirá —, mas como isso basta para despertar o clero para o desejo de uma pastoral mais coletiva e quando o objetivo entusiasmar todos os padres de uma diocese, é preciso, necessariamente, nos contentarmos com um nível simples.



Mas essa fria luz trazia, ao mesmo tempo, já uma resposta às inquietudes: porque ela começava a tornar claras as características — e até as causas prováveis — do estado de coisas ao qual, até então, se assistia impotente.

Onde se processaram as investigações com humildade e continuidade, conseguiu-se — o resultado está sob os nossos olhos operar uma considerável renovação na visão pastoral habitual. Nessas regiões, o clero convenceu-se de que:

- a paróquia **isolada na sua ação** é tão impotente para fazer com que os princípios cristãos penetrem no mundo ambiente, quanto o é, em grande parte, para mudar os hábitos da coletividade praticante;
- uma **pastoral standard**, que ignora os condicionamentos sociais, não vai muito longe, especialmente nos meios sociais mais originais e mais vigorosos;
- a unidade de tempo tático no apostolado é a **geração** e que é preciso assegurar a continuidade de orientação e de ação necessária por meio de equipes que durem, renovando-se.

Dessas rudes constatações — fato paradoxal — começava a renascer a esperança. É que, ao “surdo sentimento de impotência radical”, a que se referia

Mons. Garrone, se substitua o sentimento de que se poderia qualquer coisa, sob a condição de se mudarem as dimensões acanhadas de uma pastoral envelhecida nas suas formas contingentes.<sup>6</sup>

Uma advertência pontifícia veio logo dar o cunho da mais alta consagração a essas aspirações ainda tímidas. Em 1957, na encíclica *A peregrinação de Lourdes*, Pio XII escrevia:

“A conversão individual... é insuficiente... Nós vos exortamos, caros Filhos e Veneráveis Irmãos, a suscitar entre os fiéis entregues aos vossos cuidados, **um esforço coletivo de renovação cristã da sociedade**”.<sup>7</sup>

Já, na ação, um esforço paciente e espontâneo de pastoral comum foi levado a efeito entre as vigarias forâneas. Tomando consciência das possibilidades desta instituição canônica no que se relaciona à reflexão e à ação pastoral, equipes generosas de padres procuraram transformar o estilo das reuniões periódicas por eles realizadas.

Assim se forjava um instrumento insubstituível, a equipe dos padres do ministério paroquial, a

<sup>7</sup> Encíclica *A peregrinação de Lourdes*, 2 de julho de 1957 (Acta Apost. Sedis, 1957, p. 615).

<sup>8</sup> Na maioria dos casos, podem-se bem ver as correntes coletivas de dioceses, mas não atingi-las na sua realização concreta.

<sup>9</sup> Talvez seja necessário precisar que se trata apenas de apostolado dos religiosos exercido no terreno diocesano. Há empreendimentos apostólicos

qual permanecerá na base da futura construção. Mas, rapidamente, foi-se obrigando a compreender que as vigararias forâneas permaneciam no plano da “pastoral paroquial” renovada na sua inspiração, mas não conseguiam elevar-se ao nível do que se poderia chamar “pastoral social”, conservando-se a vida fora do alcance deles e mesmo de suas preocupações.

Foi, então, que se descobriu o possível papel dessa unidade humana, grande como quatro ou cinco decanatos de nossos velhos países católicos da Europa, a pequena região natural de pecuária ou de avicultura, a parte de minério ou industrial, a aglomeração urbana, unidade que tomou o nome de “zona humana”. Tratava-se da mais elementar unidade social na vida humana.

As influências coletivas que marcam a humanidade lá se entrelaçavam em complexos sociais específicos, tendo uma organização social muitas vezes própria, sempre uma “cultura” humana (isto é, concepção de vida) particular. Era, portanto, nesse nível que era necessário intervir para atingir, na sua realidade concreta, os fatos sociais, e não permanecer na esfera serena dos princípios.<sup>8</sup> A zona humana, tornada por ato episcopal, zona pastoral e apostólica, transformava-se em unidade de intervenção da Igreja na vida social.

de alcance nacional ou universal, de importância capital, muitas vezes, que dependem habitualmente da Santa Sé. As nações que souberam ultrapassar a secular desconfiança entre clero regular e hierarquia episcopal dão o

Para atingir, porém, de forma real sobre os fatos sociais concretos de uma zona humana (concepções normativas correntes sobre o divórcio ou sobre as relações capital-trabalho) e sobre suas categorias sociais particularizadas (os jovens alunos do ensino técnico, os mineiros), imediatamente se notou que se tornava necessária a convergência de todas as forças da Igreja.

Essa convergência, aliás, não era menos necessária em relação ao homem individual, que é **um**, e que necessita de uma ação bem preparada, se não desejamos jogá-lo de um lado para o outro ou mutilá-lo.

Deve, porém, operar-se no respeito **absoluto** da especificação de cada corpo: clero, estado religioso, laicato — e de cada instituição: paróquia, escola, associações apostólicas... Convergência livremente aceita, refletida, provindo de uma convicção interior e não a uniformidade (que seria trágico empobrecimento) por meio de ditadura.

*Principes gentium dominantur eorum... Non ita erit inter vos, sed quicumque voluerit inter vos major fieri sit vester minister (Mt 20 25).*

Tal convergência, sobretudo livre e esclarecida, não se opera sozinha. Precisa de um chefe. E este, imediatamente a evidência o provou, não podia ser senão o bispo, cuja missão específica é construir a unidade da Igreja.

Essas descobertas, por uma espécie de poligenismo (tudo estando “no ar”, em grande parte por causa da renovação da eclesiologia e de uma corrente espiritual que fazia sobressair o aspecto colegial do sacerdócio), essas descobertas eram feitas ao mesmo tempo e paralelamente pelas Missões no interior, magnificamente renovadas graças à tenacidade do Centro Pastoral das Missões no Interior (CPMI), e pelo que ia tornar-se a “Pastoral Diocesana de Conjunto”.

Nascia a Pastoral de Conjunto — mas como seu nascimento não foi marcado por nenhum ato oficial, não sei quem lhe deu o nome nem mesmo sei um nome que lhe convém. Talvez seja um pleonasma. Ou, pelo menos, deveria sê-lo.

## SEGUNDA ETAPA

### DESCOBERTA DA “VIDA INTERIOR” NA PASTORAL DE CONJUNTO

Revelar a padres generosos todo o peso das condições sociais é fazê-los correrem o risco de tomar duas atitudes errôneas:

- ou eles mesmos se jogarem ao trabalho, por falta de militantes em condições, e fazerem assim um trabalho social que não lhes pertence, o qual impede, quase que automaticamente, o recrutamento de militantes, pelo fato de

os padres tomarem-lhes o lugar;

- ou se contentarem em fazer funcionar uma “organização” apostólica: cursos de ensino religioso, novas obras, responsáveis especializados (sobre os quais, tão facilmente, recai o peso do trabalho).

O que nos falta não são as organizações apostólicas, porém, dentro delas, “a água viva”.

Não basta fazer funcionar uma organização racional (desconfio um pouco dos quadros sinópticos e dos organogramas por demais perfeitos), e, por se ter consciência de que se trata de um trabalho sobrenatural, pedir aos seus organizadores que vivam em estado de graça.

É preciso que a própria ação apostólica esteja a serviço da mensagem de Cristo e que — direta ou indiretamente, mas como finalidade muito concreta —, traga em si a caridade de Cristo, a visão evangélica do mundo e a revelação do mistério pascal.

Para os padres, o instrumento privilegiado dessa descoberta foi a “comissão pastoral”. Trata-se, no plano de uma zona, de oito a dez padres voluntários, delegados das diversas vigararias forâneas, e que se dão ao trabalho de estudar um dos fatos sociais mais importantes dessa zona. Após muitas tentativas no que se refere à pastoral permanente (a preparação de uma missão exige, comumente, comissões de diferente

estilo). Essas comissões acertaram com o caminho.

Tornam-se uma espécie de “radar” permanentemente dirigido para um aspecto preciso da vida social dos homens da região: o papel da comissão não é de organizar o que quer que seja, mas de fazer com que cada membro, pároco ou cooperador, olhe com simpatia o meio que a comissão tomou a si, ouvindo os paroquianos que nesse meio vivem ou os militantes competentes da Ação Católica que nele trabalham, notando no correr dos dias os fatos e as reflexões que revelam uma atitude habitual e generalizada desse meio.

Na reunião da comissão, os padres põem em comum essas observações, aprendem a discernir entre o que todo o mundo faz e que é necessário esclarecer e endireitar.

Devo notar que esse trabalho parece **por demais difícil** para o conjunto dos padres e que é preciso uma grande dose de mansa tenacidade àqueles que o dirigem, a fim de não o abandonarem. Uma das causas — ao lado de um ativismo, marca de nossa época e de uma falta de fé no invisível, própria a todos os tempos — poderia ser uma lacuna em nosso ensino pastoral, onde não se dá um conhecimento íntimo do homem “nem tal situação”(o sentido do homem que resplandece em todo o Evangelho), ainda falta uma antropologia cristã.

Dessa longa observação da Comissão se depreende, então, a ação especificamente sacerdotal:

a) Em função do meio mais bem conhecido, como orientar com mais segurança a pastoral litúrgica e sacramental, as confissões ou o inquérito canônico para o casamento, a evangelização e a catequese, as visitas às famílias... em suma toda a “pastoral paroquial” (que emprega, então, com segurança a magnífica renovação das pastorais catequética, litúrgica, familiar, que encontram aí o mais favorável ponto de inserção).

b) Nesses contatos mais aprofundados com a vida, discernir os possíveis militantes leigos, acordá-los para a responsabilidade cristã que têm, orientá-los para o movimento de apostolado que lhes pode dar apoio.

c) Voltar-se para si mesmo e perguntar-se se, na sua própria atitude, o padre não participa do pecado que descobre nos outros (materialização pela técnica ou o progresso, falta do sentido da Igreja, falta de oração e de renúncia...).

Os movimentos de Ação Católica (e talvez outros movimentos de apostolado leigo) já haviam entrado, antes do sacerdócio, no método da “revisão de vida”, isto é, da revisão em comum das atitudes coletivas de meio ou das atitudes da vida pessoal de cada um, sob a exigente luz do Evangelho.



Não se faz a obra de Cristo com organizações, por mais perfeitas que sejam, se, intimamente, não viverem a vida de Cristo.

### **TERCEIRA ETAPA**

#### **DESCOBERTA DA DIMENSÃO EPISCOPAL DA PASTORAL**

Esses esforços de animação, pela Igreja, de toda vida individual e coletiva de uma zona humana bem cedo, no entanto, mostraram-se insuficientes.

Era impossível que uma zona humana, mesmo profundamente trabalhada por uma missão, permanesse muito tempo na sua arrancada, se a diocese, dirigindo-a, não a sustentasse no seu trabalho.

Sobretudo, e mais essencialmente, porque a missão entrevista era aplicada e limitada aos aspectos concretos de uma zona da própria missão da Igreja na sua plenitude. Tornava-se, assim, impossível que não arrastasse a diocese, na unidade de sua ação.

Visto que essa pastoral de conjunto quer englobar toda a missão da Igreja em sua dupla direção:

- formar o povo de Deus, corpo de Cristo, e fazê-lo crescer na verdade e na caridade;
- ser o fermento evangélico da sociedade a fim de se tornar capaz de anunciar ao mundo o mistério do qual vive, visto que essa pastoral

de conjunto requer, para isso, não apenas as forças do clero paroquial, mas as de todos os “estados de vida” da Igreja (estado religioso, laicato) e de todas as suas instituições, como também a intervenção de todos os setores da pastoral (litúrgico, catequético, social etc.), de forma permanente na sucessão dos dias, era impossível não encontrar nela a própria missão do bispo, o único a quem o Senhor confiou a guarda de seu rebanho.

A experiência, aliás, mostrava outra coisa: para que o conjunto do clero se jogasse ao trabalho e nele perseverasse, tornava-se necessária a ação renovada de todos os meios de que uma diocese dispõe para animar seus padres: visitas pastorais, retiros e recolhimentos, conferências eclesiais, reuniões dos arciprestados, Boletim oficial do bispado... Não era possível pensar nisso senão com a participação de toda a diocese.

A experiência mostrava também que o apostolado dos leigos não podia expandir-se e que o dos religiosos corria o risco de esclerosar-se, se não fosse constante e persuasivo o impulso do Bispo.

Percebemos, então, um pouco tontos, que se tratava de uma espécie de revolução na administração diocesana:

- restituir aos vigários gerais, colaboradores mais estreitamente ligados ao bispo, uma missão inicial e principalmente pastoral;

- englobar em uma Direção, especificamente pastoral, a Cúria diocesana e sua função essencialmente administrativa e judiciária;
- ligar, real e eficazmente, ao Bispo o apostolado dos leigos e o dos religiosos e religiosas (em tudo em que não depender do Colégio episcopal e de seu superior);<sup>9</sup>
- e encarar esta verdade fundamental: não há pastoral **pleno senso** senão no nível do episcopado, pois não pode haver pastoral **sui juris**<sup>10</sup> fora dos pastores “ordinários e imediatos”<sup>11</sup> do rebanho. Verdade primeira; e no entanto, chegou-se a este fato singular: redigir tratados de ação pastoral, nos quais se encontravam ausentes os que são os únicos Pastores da Igreja...

testemunho de que a colaboração confiante e estreita dos religiosos com os bispos no terreno de apostolado — desde que respeite a especificação da vida religiosa — longe de diminuir os Institutos religiosos, “valoriza-os” aos olhos da opinião, permitindo-lhes deixar as obras marginais, nas quais muitas vezes, contra a própria vontade, se sentem encantonados, e colocando-se na grande corrente do apostolado principal da Igreja.

<sup>10</sup> Expressão empregada por Pio XII a propósito do ensino teológico, *Discursos aos Bispos*, 31 de maio de 1954.

<sup>11</sup> Cân. 334 § 1.

<sup>12</sup> Se fosse preciso definir a Pastoral de Conjunto em uma etapa ainda de reflexão, poder-se-ia dizer: “Todas as forças apostólicas de uma diocese, pessoas e instituições, devem ser progressivamente integradas em uma ação de conjunto, sob a autoridade do Bispo, que tem a missão de coordená-las e dirigi-las”.

Esta pastoral episcopal é de evidente necessidade. Ou é preciso renunciar a que a Igreja seja diante de um povo determinado o sal da terra e a luz do mundo; ou então — salvas a existência e mesmo a necessidade de um apostolado supradiocesano que procedem diretamente do corpo episcopal universal e da Santa Sé — é preciso assegurar essa convergência da ação de todos (clero secular, religiosos, religiosas, leigos) em torno do Bispo da diocese.

Ora, isto é válido e urgente para a África negra, para os jovens cristãos que vivem no ritmo das primeiras horas das novas nações, como me afirmou Dom Gantin, arcebispo de Cotonou (Dahomey). Encontram-se estas nações em face de problemas vitais e prementes, cuja solução, segundo o espírito que os guiar, segundo o “modelo” de desenvolvimento econômico e social que se impuser, facilitará a evangelização ou a dificultará. Pode a Igreja desinteressar-se desta busca?

Isso é também verdadeiro e urgente para a América do Sul, onde a Igreja, com forças mais do que reduzidas e de origens tão diversas, deve enfrentar os problemas gigantescos de uma “explosão demográfica” a mais forte do mundo, a aparição de novas classes sociais, das quais a Igreja deixou distanciar-se, reformas sociais graves e repletas de conseqüências, a ofensiva ideológica do marxismo e das seitas. Tal é a convicção de Dom Larrain, vice-presidente do CELAM.

É verdadeiro também para os Estados Unidos, onde a NCWC, conforme me escreve seu secretário geral, “diz respeito vitalmente ao apostolado do Bispo, apostolado que não inclui apenas a organização dos cristãos em grupos, mas também um esforço intenso a fim de tornar os católicos o **fermento da massa em que vivem**”.

É ainda verdadeiro e urgente no Oriente cristão: “O que mais nos preocupa em nossa ação pastoral de conjunto no Oriente, escreve-me Dom Nabaa, arcebispo grego católico de Beyrute, é a união das forças, de todas as forças cristãs. Pois temos não só que guardar nossas ovelhas e lhes assegurar verdes pastagens, mas também o grave dever de defendê-las contra o inimigo comum e muito poderoso, o Islã, que invadiu todo o Oriente e ameaça submergir-nos. E, se um dia o Oriente foi invadido e dominado, foi por causa da divisão dos seus e de sua abdicação diante das forças unidas do Islam”.

É preciso, entretanto, frisar que esta pastoral episcopal não pode bastar-se a si mesma e que ela traz em si uma exigência contínua de superação.

Servo do crescimento do Corpo místico, o Bispo deve suscitar, animar, fortificar, harmonizar o esforço apostólico de todos os membros.

Contudo, simples servo da ação de Cristo que desabrocha na liberdade dos filhos de Deus, deve ele respeitar os prolongamentos (em especial na ação cristã dos leigos ou na vida religiosa) que de ordinário ultrapassam sua responsabilidade pastoral direta: ação organizada dos leigos no temporal, por exemplo, ou ainda, regulamentação interna da vida religiosa.

Aliás, ao mesmo tempo que é pastor de um povo particular, o bispo é membro do Colégio Apostólico universal, cuja unidade é assegurada pelo Papa. O Bispo deve, incessantemente, por sua própria ação diocesana, abrir-se para a Igreja Universal e ajudar ativamente certas ações ou organizações supradiocesanas insubstituíveis e que ele não tem, por si, que controlar e coordenar senão colegialmente; por exemplo, movimentos nacionais de apostolado dos leigos, certas funções nacionais e internacionais, assumidas pelo clero regular, auxílio mútuo missionário...

Um bispo francês me dizia com toda franqueza: quanto mais se revela larga e precisa a missão apostólica do Bispo em sua diocese, mais carece (o autocratismo é sempre ameaçador) no contrapeso dos movimentos nacionais de apostolado dos leigos e de uma ação colegiada efetiva do episcopado.

### **Os resultados**

Muitas dioceses de várias nações já estão a ca-

minho disto. E podeis perguntar, legitimamente, se já são visíveis alguns resultados.

Ainda não se pode falar em resultados adquiridos, senão com muita discrição nos termos.

No que tange à melhor inserção da Igreja na vida e nas atitudes de uma região, pouco se fez. Aqui e ali, entretanto, foram estabelecidas algumas pontes.

Observa-se o resultado mais sensível no próprio corpo da Igreja, que se torna cada vez mais um na multiplicidade de suas forças. Os padres refletem com mais simplicidade entre si sobre questões de pastoral.

Recuperaram o gosto da ação em comum, e muitas realizações de ação comum já se realizaram. Principalmente, estão mais presentes ao mundo que devem salvar, mais atentos à sua vida, sendo mais bem compreendida a tarefa específica dos leigos e do laicato organizado. E sentem em seu íntimo apelos mais precisos para uma vida sacerdotal mais interior. As “comunicações” (no sentido sociológico de relações) tornam-se mais verdadeiras e mais reais entre clero e Bispo, não se limitando somente aos problemas pessoais, mas começando a abordar as tarefas precisas da Igreja de determinada região, em face de um mundo que evolui rapidamente. E para os Bispos freqüentemente tão isolados isto é uma alegria que várias vezes já exprimiram. Enfim, existe já, com numerosos exem-

plos, um tipo de vigário geral, o vigário geral primeiro e, antes de tudo, essencialmente pastoral.

Entretanto, estamos muito longe ainda da meta perseguida. E só estaremos perto... na Parusia. Apenas um pouco do caminho foi percorrido.

#### QUARTA ETAPA

#### O CONCEITO DE PASTORAL DE CONJUNTO

Foi preciso que eu me detivesse longamente, explicando o que significava pastoral de conjunto. As duas palavras que compõem essa expressão, simples, são imediatamente compreendidas. Corria-se o risco, entretanto, de pôr o que quer que fosse por detrás delas.

Desta forma, a Pastoral de Conjunto não é:

- nem pesquisa de sociologia religiosa, que ela utiliza apenas como meio contingente;
- nem missão regional que é um meio poderoso a seu serviço;
- nem uma espécie de estratégia apostólica ou de organização mais racional da ação pastoral.

---

<sup>13</sup> Todas as passagens entre aspas das duas alíneas a e b são citações de Pio XII, carta *Nossa Solitudine Paterna*, de 30-3-1956, a Dom Renard, bispo de Versailles.

<sup>14</sup> Em um regime eclesiástico de benefícios e uma civilização na qual as paróquias podiam enfrentar o conjunto das influências, o Bispo tinha consideravelmente menos responsabilidades pessoais, financeiras e apostólicas.



No âmbito da diocese, a Pastoral de Conjunto é um esforço paciente para pôr em ação livremente, em face do mundo a salvar, todos os filhos da Igreja, com todas as suas instituições e todos os seus recursos, sob a autoridade do Bispo, que tem missão de coordená-las e dirigi-las, e que pode, assim, exercer em plenitude seu cargo pastoral.<sup>12</sup>

Teologicamente, seria preciso, aqui, distinguir três planos, três graus de necessidade nesta missão de coordenação pelo Bispo:

a) É uma necessidade permanente, “uma exigência de todos os tempos”,<sup>13</sup> que decorre da própria missão confiada por Cristo aos pastores da Igreja, que o Bispo governe não apenas os indivíduos de seu rebanho, mas o próprio rebanho, defendendo-o contra os contágios coletivos e realizando para isto “uma judiciosa coordenação dos ministérios”.

b) É “para melhor corresponder à necessidade crescente das relações humanas e às novas dimensões das estruturas sociais de vida e de trabalho que se impõe hoje ao Bispo uma compreensão muito mais

---

<sup>15</sup> Há necessidade de lembrar, ainda uma vez, que existem formas superiores que se articulam em torno de uma Conferência Episcopal ou da Santa Sé.

<sup>16</sup> As outras dioceses — indico o total de 45 — estão em preparação ou simplesmente unidas ao Secretariado.

<sup>17</sup> A reflexão nos conduziu a não colocar senão sacerdotes como membros titulares das comissões ao inverso das comissões preparatórias das missões

direta e pessoal do conjunto desta tarefa da Igreja, e um reagrupamento das forças mais deliberado”.<sup>14</sup>

c) Quanto às formas práticas que se procuram são apenas contingentes e particulares, próprias de uma nação. Nessa nação, entretanto, já possuem valor de fato eclesial de **usus Ecclesial**, pois que, em sete anos, foram adotadas por mais de quarenta dioceses. E agora que essas formas práticas se estendem a outros países, uma experiência mais universal permite discernir melhor os seus elementos essenciais.

Esta reflexão teológica deveria abordar outros pontos, os quais, nesta breve conferência, posso apenas mencionar:

a) Como chamar esta ação precisa da Igreja que quer englobar e harmonizar as missões de todos os seus membros: padres, religiosos, leigos, sob todos os aspectos de seu apostolado (catequético, litúrgico, familiar, caritativo, social etc.)? A palavra “pastoral” parece ser a melhor, por se tratar aqui de um aspecto específico da missão da Igreja: a união vital de todas as pastorais particulares para a **unidade da missão episcopal** e porque as funções do Bispo culminam na de **Pastor**.

b) Seria necessário precisar cuidadosamente o conteúdo de expressões tais como “cristianização” ou “descristianização” coletiva. Entretanto, é evidente que existem instituições perniciosas para a fé e estru-

turas sociais favoráveis ao cristianismo ideologias (reais) condenáveis e atitudes coletivas conformes ao Evangelho.

c) Esta ação de conjunto pode assumir formas muito diferentes, “abertas”, na qual todas as civilizações estão em contato contínuo e de acordo com as grandes áreas culturais. Mas, em um mundo imediato, a época da cristandade homogênea e fechada está ultrapassada. A Igreja nunca poderá renunciar a conquista para **Cristo de todos** os homens, até o último. Mas, seria uma visão perigosa porque ilusória encarar a pastoral de conjunto como devendo forçosamente ganhá-los pela mediação de uma sociedade formalmente cristã em todas as suas estruturas e em todas as suas instituições. Será preciso, sem dúvida, pensar, freqüentemente em termos de uma presença mais discreta, porém, não menos eficaz, em todos os quadrantes em que se agrupa a vida dos homens, a fim de aí, irradiar, humildemente, a luz e a vida de Cristo.

## QUINTA ETAPA

### AS ESTRUTURAS ESSENCIAIS DA PASTORAL DE CONJUNTO

Abordando agora as formas concretas, em que se tenta a pastoral de conjunto, limitar-me-ei voluntaria-

pastorais É que aqui o objetivo é diferente e uma revisão de vida sacerdotal não seria feita na presença de leigos. Mas os leigos são continuamente consultados.

mente às formas acabadas (ao menos em intenção), às que recobrem toda uma missão da Igreja e se coordenam no plano da diocese inteira, em torno do Bispo.<sup>15</sup>

A fim de alargar minha observação pessoal e direta, que se refere a umas quarenta dioceses da França e a uma dezena de outras pertencentes a cinco nações, interroguei alguns Bispos em sete outros países, isto é, ao todo treze nações, repartidas pela Europa, Oriente Próximo, África Negra, América do Norte e do Sul.

As realizações concretas são, evidentemente, muito diversas por serem tributárias do número (grande ou pequeno) de padres, da extensão dos territórios e das facilidades de comunicação, do caráter urbano ou rural das dioceses.

Em um lugar, o Bispo possui numerosos colaboradores, formados desde muito para uma visão dos conjuntos; em outro, está quase sozinho com uma dolorosa falta de organismos de reflexão e de animação pastoral que, no entanto, lhe seriam essenciais.

Ainda em outra parte a vigararia forânea por sua extensão, por seus problemas humanos e seu caráter sociológico, é uma verdadeira zona humana — mas seu pobre equipamento apostólico é o de um pequeno decanato da Europa.

E é preciso evidentemente, acima de tudo, levar em conta as grandes áreas culturais que dividem entre si

o mundo e que marcam tão profundamente as maneiras coletivas de pensar e agir.

As soluções concretas não podem, pois, ser em toda a parte as mesmas.

Ultrapassaria o objetivo deste relatório dar, em pormenores, as conclusões do inventário que fiz. E seria perigoso, porque incitaria a copiar, apressadamente, fórmulas contingentes que não se podem generalizar.

Na França, apesar de sete anos de experiência diocesana da Pastoral de Conjunto, de uma experiência que dispõe hoje de 30 dioceses nas quais a organização funciona,<sup>16</sup> ainda não imprimimos nenhum livro, existindo apenas alguns documentos mimeografados para o serviço interno.

Além da discrição que se impõe quando se trata do exercício concreto daquilo que é a própria missão do Bispo em sua plenitude, esse silêncio é o sinal de uma vontade que é a nossa desde os primeiros passos: nunca legislar *a priori*, seguir humildemente o desenrolar dos fatos. Deixar, antes, uma construção inacabada, sem a preocupação de “planos” bem ordenados, mas com discretos estímulos que são um apelo às construções futuras (de que se sabe, apenas, que são necessárias).

---

<sup>16</sup> Brasília é Arquidiocese “Immediate Subjecto”.

Nossa maior esperança está na criação de um Secretariado de informação, organismo privado, aprovado e encorajado pela Assembléia dos Cardeais e Arcebispos, em março de 1960, e constituído pelos bispos contribuintes, que são atualmente 45. Este Secretariado de pesquisas e informações mútuas permite uma comunicação permanente das experiências diocesanas.

Prefiro, pois, aqui:

a) indicar os elementos das organizações já existentes que nos parecem atualmente os mais fundamentais e universais, tentando caracterizar em uma palavra sua função própria;

b) E insistir sobre a lentidão e a minúcia das preparações necessárias.

### *5.1. Os elementos essenciais.*

#### 1. O clero.

Neste ponto, alguns elementos fundamentais se distinguem bastante bem:

a) A **vigararia forânea** é um agrupamento de sacerdotes ordenado pelo Código. Uma evolução generalizada na Igreja está, no momento, tentando reimprimir-lhe uma vocação principalmente pastoral, e o esforço metódico de muitos bispos consiste em proporcionar-lhe condições reais para cumprir esta missão.

Cabe à vigararia forânea provocar a reflexão comum e permanente sobre a pastoral ordinária da Igreja e preparar as decisões comuns para a ação.

Porém, foi preciso constatar que ao menos onde a vigararia forânea é menor que a zona humana, a reflexão não vai além dos limites da pastoral paroquial: método de catecismo, orientações imediatas da pregação ou da participação litúrgica... e não atinge a vida social concreta.

b) É o **escalão** zona humana que permite apreender em seus fenômenos concretos a complexidade da vida social.

O órgão específico aqui é representado pelas **comissões pastorais de zona**, essencialmente constituídas de delegados de cada vigararia forânea da zona, tendo os delegados missão precisa e consciente, e cada uma objetivando o conhecimento de um fato-chave. Graças aos delegados, toda a pesquisa de pastoral paroquial das vigararias forâneas (e, portanto, a de todo o clero) é continuamente esclarecida e renovada por este estudo e a pastoral das paróquias aproxima-se melhor da vida do mundo.<sup>17</sup>

c) A unidade humana da zona não pode ser abrangida sacerdotalmente senão na articulação dos diversos ministérios. **O Conselho de zona** (que reúne as vigararias forâneas), os responsáveis pelas comissões e os assistentes eclesiais do apostolado dos leigos) é o órgão de uma responsabilidade coletiva que requer, por si, a presidência direta ou indireta do Bispo. O Bispo, então, fica a par da vida coletiva de uma região e não mais apenas dos problemas de um padre ou da paróquia.

d) As diversas zonas devem sentir-se unidas no âmbito da diocese pelo **Conselho diocesano de pastoral**, órgão supremo do governo episcopal, forma moderna de um “presbiterium” tornado forçosamente completo. Sob a presidência pessoal do bispo, esse conselho agrupa os delegados que estão à testa das zonas pastorais e os representantes dos “dicastérios” diocesanos: Cúria, Ofício de Pastoral, Seminários, Apostolado dos Leigos, Apostolado das religiosas...

Esta é a estrutura, reduzida ao seu esqueleto.

Comissões diocesanas (por exemplo, de pastoral litúrgica, de pastoral rural ou urbana) muitas vezes são indispensáveis; visam a uma pesquisa mais geral.

Algumas vezes — como no Canadá — criaram-se “zonas funcionais”, vigararias forâneas dos “padres educadores”, zona diocesana dos “Anglo-católicos”. Na França, procura-se uma zona funcional do ensino



católico (englobando padres, seculares e religiosos, religiosas, leigos dos dois sexos).

## 2. As religiosas e o laicato.

Sabemos que a Igreja não está em marcha pastoral real a não ser com o clero; estão em ação coletiva e convergente (sob formas muito diversas segundo as nações) o laicato apostólico e o apostolado das religiosas. Já existem realizações diocesanas para as religiosas.

Mas, parece-nos que o clero, que participa da missão episcopal de reunir o povo cristão, deve, *em primeiro lugar*, estar pronto a assumir seu cargo, antes de se pensar em **agrupar** realmente as outras forças. Senão, corre-se o risco de suscitar esperanças que rapidamente se transformarão em amargas desconfianças contra a Igreja hierárquica.

Também a coordenação completa, livre e maleável, de todos os recursos apostólicos não existe ainda (senão em algumas zonas isoladas, principalmente urbanas), longa (durante anos) e profundamente trabalhada por uma missão geral.

No nível de toda uma diocese, tal coordenação constitui, ainda sem dúvida, uma esperança bastante longínqua.

## 3. O responsável do conjunto.

Esta coordenação maleável, respeitando a diversidade de vocações e, ao mesmo tempo, mantendo-se

precisa diante de um mundo concreto em evolução, muitas vezes rápida, exige um responsável que tenha autoridade.

A experiência da maioria das dioceses conduziu-as à concepção de um vigário geral pastoral (tendo muitas vezes duas ou três zonas apostólicas a seu cargo). Usualmente, desistiu-se de confiar esse cargo ao vigário da paróquia principal do território, porque essa missão absorvente necessita de um homem livre de qualquer outro trabalho. E mais fundamentalmente, porque essa missão de coordenação do clero (na multiplicidade de suas funções), do estado religioso e do laicato, e de todas as instituições da Igreja requer, **por sua própria natureza**, uma autoridade episcopal.

Como encarar esta unidade no Oriente, com a multiplicidade de jurisdições rituais? “A união que queríamos ver realizada para uma Pastoral de Conjunto eficaz, escreve-me Mons. Nabaá, é a união de todos os Bispos de um mesmo rito, ao redor de seu Patriarca, como uma espécie de Conferência Episcopal ritual. É também a união de todos os Bispos de ritos diferentes, mas, vivendo em uma mesma diocese, em uma Conferência Episcopal diocesana ou interdiocesana. Essas Conferências Episcopais, rituais ou inter-rituais, unificariam a ação pastoral em todos os meios e em relação a todos os fiéis, até mesmo, aos infiéis”.

## 5.2. *A preparação*

Convém, principalmente, insistir sobre a lentidão e a seriedade das preparações necessárias. Não se pode estabelecer a Pastoral de Conjunto por uma ordem do Bispo que decreta as suas engrenagens. Da mesma forma que não se pode converter uma diocese com algumas decisões sinodais (entretanto, úteis). Pois, aqui, neste caso, se trata realmente de uma conversão.

Não é prudente pôr em marcha um dispositivo sobre toda uma diocese, se não houver, no mais alto nível da autoridade (a do Bispo e de seus colaboradores imediatos, homens de largo sentido pastoral, atentos às visões de conjunto e às perspectivas e, ao mesmo tempo, em contato estreito e confiante com o clero. Se não existirem esses homens, mais vale gastar tempo em formá-los e colocá-los em seus lugares antes de iniciar qualquer trabalho.

Em seguida é preciso criar lentamente em todo o clero (que arrastará consigo mais tarde religiosas e leigos) o desejo de sair do individualismo.

Isto pode ser feito por um paciente trabalho pastoral das equipes de vigararias forâneas se este trabalho for orientado e amparado: “As iniciativas e o espírito de mútuo auxílio, escreve-me o Bispo de Ibaguê na Colômbia, despertados pelo trabalho em comum das vigararias forâneas são tão numerosos e de um espírito prático tão grande que, em poucos meses, se adquiriu

plena consciência de que só trabalhando assim poder-se-ia corresponder às necessidades de nossa diocese”.

Usualmente, é uma pesquisa pastoral de tipo sociológico, prolongada durante um ano, ou até dois, que faz amadurecer os espíritos. Mas isto também se faz pelo meio poderoso das missões gerais bem orientadas, sob a condição de que haja um plano diocesano de conjunto, e que elas cubram com suficiente rapidez toda a diocese.

Pois, em qualquer ocorrência, não bastam algumas zonas, e só há Pastoral de Conjunto quando a cabeça pensante da diocese (o Bispo e seus colaboradores imediatos) adota consciente, total e pacientemente a perspectiva que vimos estudando.

O relatório pedido a treze nações revelou, neste sentido, muitas iniciativas de boa qualidade, apesar de fragmentárias: reuniões regulares de decanatos; instituições de um “decano principal” para toda uma cidade ou região; secretariado interparouquial animando, sob a autoridade dos decanos, o conjunto da pastoral de uma grande cidade; missões regionais (contanto que sejam longamente preparadas e que haja missionários capazes); setores de **missão operária**: ofícios diocesanos de pastoral, **Seelsorgeamt** (sinal, diz-se com muita justeza “que se olha a pastoral como função episcopal, que se julga necessária uma estratégia da pastoral e que se tende para uma coordenação); diretivas pastorais dos Sínodos diocesanos; sessões e jornadas de reflexão

pastoral; Direções diocesanas do apostolado dos leigos; Conselho diocesano de pastoral, já tendendo para todo o conjunto; algumas vezes duas vigararias adjuntas ao Bispo: uma administrativa (tradicional) e uma pastoral (nova).

Já numerosas pedras trabalhadas estão no campo da construção. Muitas vezes esparsas e sem conexão. Mas, como dizia um dos nossos escritores franceses, bastaria que aparecesse um arquiteto, e essas pedras já se chamariam “catedral”.

Este arquiteto não pode ser senão o Bispo. O Concílio de Trento, em profunda inspiração, deu origem a guias normativos, muitas vezes reeditados, como *o Stimulus Pastorum*, de Barthélemy das Martyrs, ou *o Episcopalis sollicitudinis enchiridion*, de Abelly, que modelaram a fisionomia do Bispo reformador, filho espiritual de São Carlos e artesão da Reforma católica.

Que o Senhor se digne a fazer que o Segundo Concílio do Vaticano dê o impulso decisivo à nova fisionomia do Bispo cuja necessidade pressentimos, que será plenamente o pastor do seu rebanho e o co-responsável da Igreja universal com uma veracidade não permitida nos tempos passados.

#### ***4.2. Secretariados Regionais da CNBB***

*Norte* – Sede em Belém — Caixa Postal 282.

Abrange: Amazonas, Pará, Acre, Rondônia, Rio Branco e Amapá.

*Nordeste* – Sede em Natal — Praça Pio X, 335 - Tel.: 1106.

Abrange: os estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia.

*Leste I* – Sede na Guanabara — Palácio São Joaquim, Rua da Glória, 446.

Abrange: Distrito Federal, Guanabara, Rio de Janeiro.

*Leste II* – Sede em Belo Horizonte — Palácio Cristo Rei — Praça da Liberdade.

Abrange: Minas Gerais e Espírito Santo.

*Sul I* – Sede em São Paulo — Av. Higienópolis, 983 — Tel.: 51-0299

REGIÕES DO BRASIL	NORTE	NORDESTE	LESTE	SUL	CENTRO-OESTE	BRASIL
Área	3.581.180	965.652	1.260.057	825.621	1.879.455	8.511.965
População estimada 1962 <sup>(1)</sup>	2.774.000	16.354.000	26.135.000	26.722.000	3.340.000	73.325.000
Habitantes por km <sup>2(3)</sup>	0,77	16,93	20,74	32,36	1,77	8,84
sacerdotes <sup>(2)</sup>	424	1.693	3.499	5.420	379	11.415
Habitantes por sacerdote <sup>(3)</sup>	6.542	9.659	7.469	4.929	8.812	6.598
Número de paróquias <sup>(2)</sup>	164	684	1.691	1.773	196	4.508
Habitantes por paróquia <sup>(3)</sup>	16.914	23.909	15.455	15.071	17.040	16.709
Km <sup>2</sup> por paróquia <sup>(3)</sup>	21.836	1.411	745	465	9.589	1.888

Províncias eclesiásticas 30

Arquidioceses<sup>18</sup> 31

Abrange: São Paulo e Paraná.

*Sul II* – Sede em Porto Alegre — Rua Espírito Santo, 95.

Abrange: Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Os dados que se seguem foram fornecidos pelo Serviço de Estatísticas da Conferência dos Religiosos do Brasil.

### ***4.3 Estatísticas do Brasil***

- (1) IBGE
- (2) Anuário Pontifício – 1963
- (3) DE do CERIS

### ***4.4. Estatísticas gerais do Brasil***

Área (km <sup>2</sup> )	8.511.965
População (estimativa/1962)	75.325.000
Porcentagem de católicos	93,49%
Sacerdotes (clero secular e regular)	11.415
Seminaristas maiores (clero secular e regular)	3.023
Habitantes por sacerdotes	6.598
<b>Paróquias</b>	4.508
Habitantes por paróquia	16.709
Km <sup>2</sup> por paróquia	1.888
<b>Circunscrições eclesiásticas</b>	174

Dioceses	107
Prelazias	35
Abadias “Nullius”	1
Ordinariato para os fiéis dos ritos orientais	1
Vicariato militar	1
Exarcato apostólico para os fiéis ucranianos	1
<b>Prelados</b>	214
Cardeais arcebispos	3
Arcebispos residenciais e titulares	35
Bispos residenciais e titulares	176
<b>Ordens e congregações masculinas</b>	89
Sedes de governo e representações	177
Casas religiosas	1.764
Número de religiosos (sacerdotes e irmãos professos)	10.690
Seminaristas menores e pré-seminaristas	14.105
<b>Ordens e congregações femininas</b>	336
Congregações de fundação brasileira	53
Ordens contemplativas	13
Número de mosteiros	66
Sedes de governo	398
Casas religiosas	3.426
Religiosas professas	35.533
<b>Obras educacionais</b>	
<b>Ensino superior</b>	



Universidades:	
Católicas	12
Protestantes	1
Civis	24
Total	37
Faculdades:	
Civis	329
Católicas	134
Total	463
Faculdades católicas dependentes de:	
Religiosos	75
Mitras diocesanas	20
Leigos de orientação católica	39
Número de alunos no ensino superior	110.093

### **Ensino Médio**

Número de alunos segundo a entidade mantenedora:	
Federal	39.300
Estadual	449.771
Municipal	39.089
Particular	936.201
Total	1.464.361
Número de alunos no ensino primário	6.403.991

*Data de referência: 1961/1963*

### **Situação demográfica**

60% da população concentra-se nas Unidades Federadas do litoral e no Sul do País

População rural 68,4%

População urbana 31,6%

O crescimento da população corresponde a 2.000.000 habitantes por ano.

### ***Indústria***

Desenvolveu-se a partir de 1940.

75% da matéria-prima é obtida no próprio território.

90% da indústria no Brasil ocupa uma área geográfica de 1%.

*Data de referência: 1960/1962*

# SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO .....	9
1. O PLANO DE EMERGÊNCIA .....	13
1.1. A V Assembléia Geral Ordinária da CNBB .....	13
1.2. Um plano para a Igreja do Brasil .....	17
2. O PLANO DE EMERGÊNCIA: PARTE PASTORAL.....	31
2.1. Renovação Paroquial.....	31
2.2. Para uma Renovação do Ministério Sacerdotal.....	53
2.3. Renovação dos Educandários.....	75
2.4. Introdução a uma Pastoral de Conjunto .....	89
3. O PLANO DE EMERGÊNCIA: PARTE ECONÔMICO-SOCIAL.....	97
3.1. Declaração da Comissão Central da CNBB.....	97
3.2. Mensagem da Comissão Central da CNBB .....	100
ANEXOS .....	107
4.1. Projetos e Realizações da Pastoral de Conjunto.....	107
4.2. Secretariados Regionais da CNBB.....	141
4.3. Estatísticas do Brasil .....	142
4.4. Estatísticas Gerais do Brasil .....	143

- 23 Solo urbano e ação pastoral
- 24 Pronunciamento da CNBB – 1981-1982 (coletânea)
- 25 Comunidades Eclesiais de Base na Igreja do Brasil
- 26 Catequese renovada
- 27 Pronunciamentos da CNBB – 1982-1983 (coletânea)
- 28 Diretrizes gerais da ação pastoral da Igreja no Brasil – 1983-1984
- 29 7º Plano bienal dos Organismos Nacionais – 1983-1984
- 30 Formação dos presbíteros na Igreja do Brasil: diretrizes básicas
- 31 Nordeste: desafio à missão da Igreja no Brasil
- 32 Pronunciamentos da CNBB – 1983-1984 (coletânea)
- 33 Carta aos agentes de pastoral e às comunidades
- 34 8º Plano bienal dos Organismos Nacionais – 1985-1986
- 35 Pronunciamentos da CNBB – 1984-1985 (coletânea)
- 36 Por uma nova ordem constitucional: declaração pastoral
- 37 Pronunciamentos da CNBB – 1985-1986 (coletânea)
- 38 Diretrizes gerais da ação pastoral da Igreja no Brasil – 1987-1990
- 39 9º Plano bienal dos Organismos Nacionais
- 40 Igreja: comunhão e missão na evangelização dos povos, no mundo do trabalho, da política e da cultura
- 41 10º Plano bienal dos Organismos Nacionais
- 42 Exigências éticas da ordem democrática
- 43 Animação da vida litúrgica no Brasil
- 44 Pronunciamentos da CNBB – 1986-1988 (coletânea)
- 45 Diretrizes gerais da ação pastoral da Igreja no Brasil – 1991-1994
- 46 11º Plano bienal dos Organismos Nacionais
- 47 Educação, Igreja e sociedade
- 48 Das Diretrizes a Santo Domingo
- 49 12º Plano de pastoral dos Organismos Nacionais
- 50 Ética: pessoa e sociedade
- 51 Pronunciamentos da CNBB – 1988-1992 (coletânea)
- 52 Orientações para a celebração da Palavra de Deus
- 53 Orientações pastorais sobre a renovação carismática católica
- 54 Diretrizes gerais da ação evangelizadora da Igreja no Brasil – 1995-1998
- 55 Formação dos presbíteros da Igreja no Brasil: diretrizes básicas
- 56 Rumo ao novo milênio: projeto de evangelização da Igreja no Brasil em preparação ao grande jubileu do ano 2000
- 57 13º Plano bienal de atividades do Secretariado Nacional
- 58 Pronunciamentos da CNBB – 1992-1996 (coletânea)
- 59 Igreja e comunicação rumo ao novo milênio: conclusões e compromissos
- 60 14º Plano bienal de atividades do Secretariado Nacional
- 61 Diretrizes gerais da ação evangelizadora da Igreja no Brasil – 1999-2002
- 62 Missão e ministérios dos cristãos leigos e leigas
- 63 15º Plano bienal de atividades do Secretariado Nacional – 2000-2001
- 64 Diretrizes e normas para as universidades católicas segundo a Constituição Apostólica “Ex Cordi Ecclesiae” – Decreto geral
- 65 Brasil – 500 anos: diálogo e esperança – Carta à sociedade brasileira e às nossas comunidades
- 66 Olhando para a frente: o projeto “Ser Igreja no Novo Milênio” explicado às comunidades
- 67 Eleições 2002 – Propostas para reflexão
- 68 16º Plano bienal de atividades do Secretariado Nacional – 2002-2003
- 69 Exigências evangélicas e éticas de superação da miséria e da fome – “Alimento, dom de Deus, direito de todos”
- 70 Estatuto Canônico e Regimento da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)
- 71 Diretrizes gerais da ação evangelizadora da Igreja no Brasil – 2003-2006
- 72 Projeto nacional de evangelização (2004-2007) – Queremos ver Jesus Caminho, Verdade e Vida
- 73 17º Plano bienal de atividades do Secretariado Nacional – “Queremos ver Jesus – Caminho, Verdade e Vida” – 2004-2005 (Jo 12,21b.14,6)
- 74 Diretrizes para o diaconado permanente: formação, vida e ministério do Diácono Permanente da Igreja no Brasil
- 75 Carta aos presbíteros
- 76 Plano de Emergência para a Igreja do Brasil - Edição 2004

## **Coleção Documentos da CNBB**

- 1 Testemunhar a fé viva em pureza e unidade
- 2 Pastoral da eucaristia: subsídios
- 2A Pastoral dos sacramentos da iniciação cristã
- 3 Em favor da família
- 4 Diretrizes gerais da ação pastoral da Igreja no Brasil
- 5 3º Plano bienal dos Organismos Nacionais – 1975-1976
- 6 Pastoral da penitência
- 7 Pastoral da música litúrgica no Brasil
- 8 Comunicação pastoral ao povo de Deus
- 9 4º Plano bienal dos Organismos Nacionais – 1977-1978
- 10 Exigências cristãs de uma ordem política
- 11 Diretório para missas com grupos populares
- 12 Orientações pastorais sobre o matrimônio
- 13 Subsídios para Puebla
- 14 Pastoral da unção dos enfermos
- 15 Diretrizes gerais da ação pastoral da Igreja no Brasil
- 16 5º Plano bienal dos Organismos Nacionais – 1979-1980
- 17 Igreja e problemas da terra
- 18 Valores básicos da vida e da família
- 19 Batismo de crianças
- 20 Vida e ministério do presbítero: pastoral vocacional
- 21 6º Plano bienal dos Organismos Nacionais – 1981-1982
- 22 Reflexão cristã sobre a conjuntura política



---

Impresso na gráfica da  
Pia Sociedade Filhas de São Paulo  
Via Raposo Tavares, km 19,145  
05577-300 - São Paulo, SP - Brasil - 2004

